

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 046/2022 DO CONSEPE/UFRN

REGULAMENTO DO PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA, EM NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE E UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**CAPÍTULO I
DA NATUREZA E OBJETIVOS**

Art. 1º. O Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Fonoaudiologia (doravante denominado PPGFON), associação ampla, ofertará os cursos de mestrado e doutorado acadêmico, vinculados à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e à Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, por meio dos seus respectivos Centros de Ciências da Saúde e de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º. O PPGFON tem como área de concentração “Aspectos funcionais e Reabilitação em Fonoaudiologia” e duas linhas de pesquisa:

I – Voz e funções orofaciais: aspectos funcionais e fundamentos da reabilitação;

II - Desenvolvimento e reabilitação da audição e linguagem.

Art. 3º. O PPGFON tem como objetivo geral capacitar recursos humanos para atuação qualificada na prática do ensino superior, na atuação profissional e em atividades de pesquisa relacionadas aos aspectos funcionais e aos componentes do processo de reabilitação em Fonoaudiologia.

Art. 4º. O PPGFON tem como objetivos específicos:

Em nível de mestrado:

I - Preparar recursos humanos para carreira acadêmica em ensino e pesquisa no campo fonoaudiológico e de áreas afins.

II - Produzir contribuições significativas e inovadoras para o avanço da

pesquisa e exercício profissional em Fonoaudiologia.

III - Preparar profissionais aptos para analisar, desenvolver e implementar as melhores evidências no cuidado aos indivíduos com necessidades especiais na comunicação humana e funções orofaciais.

Em nível de doutorado:

I - Qualificar recursos humanos para o aprofundamento quanto a planejamento, desenvolvimento, execução e liderança de atividades relacionadas ao ensino superior, profissional e pesquisa;

II Contribuir para a formação de profissionais aptos a produzir evidências científicas inéditas relacionadas aos aspectos funcionais e reabilitação em Fonoaudiologia, considerando a inovação, difusão e aplicabilidade do conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico na área de concentração do PPGFON;

III – Estimular a qualificação e atualização de recursos humanos vinculados à Fonoaudiologia no que se refere ao domínio de estratégias empreendedoras para atuação profissional e em ensino e pesquisa, relevantes para o avanço acadêmico, científico e tecnológico.

Art. 5º. O PPGFON tem uma estrutura pedagógica e científica de forma a possibilitar que o profissional a ser formado seja capaz de:

I – iniciar ou aprimorar a prática no magistério superior;

II – aplicar o conhecimento apreendido na prática profissional;

III – utilizar métodos de investigação científica no diagnóstico e resolução de problemas;

IV – planejar, desenvolver e executar projetos de pesquisa articulados a demandas relevantes nos níveis acadêmico, científico, clínico, tecnológico, educacional ou social;

V – propor recursos didáticos e inovações tecnológicas que contribuam para o avanço acadêmico, científico e assistencial na área de concentração do PPGFON;

VI – elaborar e divulgar comunicações científicas orais e escritas com

suficiente rigor metodológico e impacto técnico-científico e social.

VII – aplicar o conhecimento em habilidades e competências baseadas em liderança, gestão e empreendedorismo, no caso de Doutorado.

Art. 6º. O Programa poderá oferecer oportunidade de pós-doutoramento a docentes ou pesquisadores, portadores do título de Doutor, que, por interesse próprio, desejarem atualizar ou consolidar conhecimentos em áreas específicas PPGFON, conforme Resolução vigente de cada IES associada.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DO COLEGIADO DO PROGRAMA

Art. 7º. Cada IES participante da associação terá um colegiado local ao qual caberá coordenar as atividades e demandas didático-pedagógicas e administrativas do PPGFON, mediante funções normativas e deliberativas previstas no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente em cada IES associada.

§1º Os colegiados locais do Programa serão constituídos na forma da legislação vigente em cada instituição, devendo respeitar os critérios de constituição e periodicidade de reuniões.

2º As deliberações dos colegiados locais devem estar de acordo com a legislação de cada instituição, devendo ser sempre submetidas ao colegiado pleno quando envolverem questões relacionadas ao projeto pedagógico do Programa e informadas ao colegiado pleno nos demais casos.

§3º Nas situações mencionadas no parágrafo anterior, o colegiado pleno sempre respeitará as normas e legislação internas vigentes em cada IES associada.

Art. 8º. O coordenador geral do PPGFON convocará o colegiado pleno, ordinariamente, pelo menos uma vez por semestre e extraordinariamente, quando

necessário, nas seguintes situações:

I – Eleições para coordenador geral e vice-coordenador geral do Programa, bem como para representantes do Programa em comissões e outras instâncias externas às IES;

II – Apreciação de normas complementares ao regulamento do Programa e alteração deste;

III - Apreciação de alterações na estrutura curricular do Programa;

IV - Planejamento estratégico do Programa;

V - Avaliação anual das atividades do Programa;

VI – Apreciação das deliberações e informações dos colegiados locais;

VII - Outras situações, por convocação do coordenador geral do Programa.

§1º O colegiado pleno ao qual se refere o *caput* deste artigo é formado por todos os componentes dos colegiados locais das IES participantes.

§2º O colegiado pleno será presidido pelo coordenador geral do Programa.

§3º Nas faltas e impedimentos do coordenador geral do Programa, a presidência será exercida para todos os efeitos, pelo vice-coordenador geral, e na falta deste, pelo docente com mais tempo de serviço no magistério superior na IES do coordenador geral do Programa.

§4º O colegiado pleno somente se reunirá com, pelo menos, a maioria simples de seus membros.

§5º Dada a natureza associada do Programa, admitir-se-á a realização de reuniões de colegiado pleno por meio de videoconferência, sendo este fato devidamente registrado em ata.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

Art 9º. O programa possuirá uma IES responsável pela coordenação, chamada IES sede, e duas IES associadas.

§1º Para alternância das IES na coordenação do programa deverão ser

observados os seguintes critérios:

I – a cada dois anos a IES sede vigente deve manifestar interesse na recondução ou as IES associadas devem manifestar interesse em assumir a sede;

II - Para assumir a sede, a IES deve ter, no mínimo, cinco docentes permanentes;

III – Para assumir a sede, a IES deve comprovar estabilidade $\geq 80\%$ do seu corpo docente permanente nos quatro anos que antecedem o período de alternância.

2º Casos omissos relacionados à alternância de IES sede serão apreciadas e deliberadas pelo colegiado pleno do programa.

Art 10º. A coordenação do Programa em cada IES associada será representada por um coordenador local, juntamente com o vice-coordenador, com atribuições previstas no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente em cada IES associada.

Art. 11º. O processo eleitoral para escolha do coordenador e vice-coordenador locais respeitará as normas previstas no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente e os dispositivos regimentais institucionais específicos à matéria deste artigo a serem regulamentados pelo Programa em cada IES por meio de Resolução específica.

Art. 12º. O PPGFON terá um coordenador geral e um vice-coordenador geral com mandato de 02 (dois) anos que representarão o Programa perante a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e perante outras instâncias nacionais e estrangeiras determinadas pela CAPES.

§1º As atribuições específicas do coordenador geral e do vice-coordenador serão definidas em resolução específica aprovada pelo colegiado geral e em consonância com a legislação vigente nas IES associadas.

§2º A função de coordenador geral será ocupada pelo coordenador local da IES sede com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por meio de novo processo eleitoral.

§3º A função de vice-coordenador será ocupada pelo coordenador local de uma das instituições associadas, com mandato de 2 (dois) anos e possibilidade de

uma recondução por meio de nova eleição ou alternância da função entre as IES associadas a cada processo eleitoral, exceto nos casos definidos pelo colegiado pleno.

§4º Nas faltas e impedimentos do coordenador geral do Programa, a presidência será exercida, para todos os efeitos e nessa ordem, pelo vice-coordenador geral, pelo vice-coordenador local da IES sede, pelo vice-coordenador local da IES associada na qual o vice-coordenador geral está vinculado, pelo coordenador local da IES associada que não ocupa funções de coordenador e vice-coordenador geral e por docente permanente credenciado que esteja há mais tempo no exercício do magistério superior na IES do coordenador geral do Programa.

§5º Em caso de vacância, os vice-coordenadores locais assumem os cargos de acordo com a IES que estiver representando a coordenação geral e a vice-coordenação geral do Programa no mandato vigente.

§6º O mandato do coordenador e do vice-coordenador, escolhidos na forma do parágrafo anterior, será correspondente ao período que faltar para completar o mandato do dirigente substituído.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA DO PROGRAMA

Art. 13º. A secretaria é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto.

Art. 14º. As atribuições dos secretários do Programa estarão de acordo com o disposto no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente em cada IES associada e à resolução específica aprovada pelo colegiado local de cada IES.

CAPÍTULO IV

INFRAESTRUTURA COMPARTILHADA

Art. 15º. A infraestrutura física e virtual composta por salas de aula, salas

de estudo, salas de orientação, sala de professores, laboratórios de informática, laboratórios de pesquisa, biblioteca, materiais didáticos, salas de videoconferência, auditório, secretaria, sistema acadêmico e sistema de informações será de responsabilidade de cada Instituição de Ensino Superior. Porém, todos estes espaços serão compartilhados por todos os alunos e professores do Programa quando estiverem desenvolvendo suas atividades em cada Instituição.

Parágrafo Único. A infraestrutura de secretarias e coordenação poderão, oportunamente, atuar em conjunto mesmo que remotamente para a solução de questões administrativas e acadêmicas.

Art. 16º. A infraestrutura dos laboratórios de pesquisa, equipamentos, instrumentos e materiais poderão ser compartilhadas entre alunos e professores do Programa para a execução das pesquisas vinculadas ao Programa com o consentimento do coordenador do laboratório.

CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Art. 17º. As instituições associadas serão responsáveis diretas pelos alunos e deverão disponibilizar infraestrutura acadêmica e administrativa, como salas de aula e laboratórios, secretaria, sistema acadêmico, biblioteca, sala para orientação e para os discentes, para que as atividades do Programa sejam desenvolvidas localmente, de acordo com a vocação e as necessidades indicadas pela coordenação geral do programa, ouvido o colegiado geral.

§ 1º Cada instituição associada deverá planejar e executar seu orçamento e suas responsabilidades financeiras para o perfeito funcionamento do programa de forma independente das demais.

§ 2º Cada instituição associada deverá realizar inscrição de novos alunos, seleção, matrícula e oferta de disciplinas, bem como deverá disponibilizar aos alunos a infraestrutura mencionada no Art. 14.

§ 3º As instituições associadas poderão firmar convênios e parcerias com outras instituições públicas e/ou privadas, de maneira independente, ou associada

às demais, a fim de ampliar as possibilidades de utilização de equipamentos e infraestrutura complementar.

CAPÍTULO VI INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE INSTITUIÇÕES

Art. 18º. O PPGFON poderá receber solicitação de inclusão de outras instituições mediante apresentação de um projeto que justifique sua entrada no programa, contemplando os objetivos de consolidar e expandir áreas de conhecimento, reduzir assimetrias territoriais e/ou viabilizar programas em formação por meio de parcerias com programas já consolidados. Este documento deverá ser avaliado por uma comissão e definido pelo Colegiado Pleno do programa.

Parágrafo único. Durante as autoavaliações periódicas do programa, verificar-se-á se a inclusão e exclusão de instituições associadas cumpriram os requisitos previstos no regimento interno e sua manutenção no programa.

Art. 19º. Em caso de solicitação de exclusão de uma instituição do PPGFON, o pedido deverá ser encaminhado com justificativa ao Colegiado Pleno para definição do impacto desta exclusão diante da CAPES.

Parágrafo único. Em caso de saída de duas instituições, o programa deverá comunicar à CAPES para que seja feita nova avaliação e definição pelo órgão para o efetivo funcionamento da instituição única, respeitando a legislação vigente.

TÍTULO III DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

Art. 20º. O corpo docente do PPGFON será constituído por docentes

credenciados nas seguintes categorias:

- I - permanentes;
- II - colaboradores;
- III - visitantes.

Art. 21º. Serão considerados docentes permanentes, colaboradores ou visitantes aqueles que atenderem aos requisitos previstos no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente em cada IES e das diretrizes da área 21 (Educação Física) da CAPES.

Art. 22º. Poderão ser considerados como docentes permanentes professores e ou profissionais que se enquadrem em situações excepcionais previstas no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente em cada IES.

Art. 23º. A manutenção do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo PPGFON será objeto de acompanhamento e avaliação sistemática pelos colegiados locais e pelo colegiado pleno, segundo os critérios estabelecidos pela CAPES.

Art. 24º. O corpo docente do Programa deve ser credenciado e reconhecido de acordo com os critérios estabelecidos em resolução específica do programa, em consonância com a legislação vigente nas IES e as diretrizes da área 21 (Educação Física) da CAPES.

§1º Os critérios para credenciamento e reconhecimento no PPGFON deverão contemplar obrigatoriamente os seguintes quesitos:

I - produção científica qualificada atrelada à linha de pesquisa que irá participar, conforme critérios definidos em resolução específica do Programa, aprovada pelo colegiado pleno, sobre credenciamento do corpo docente;

II - disponibilidade para lecionar disciplina(s) da estrutura acadêmica do Programa;

III - disponibilidade para orientação de alunos do Programa;

IV - liderar ou participar de grupo de pesquisa cadastrado no Diretório Nacional de Pesquisa.

§2º A produção científica mencionada no inciso I do §1º deste artigo deverá ser qualificada segundo critérios definidos pelo colegiado pleno do Programa, em consonância

com aqueles definidos pelo comitê da área 21 da CAPES.

CAPÍTULO II

DO CORPO DISCENTE

Art. 25º. O corpo discente será constituído por todos os alunos regularmente matriculados no Programa, de acordo com o Regulamento Geral de Pós-Graduação e o Regimento Geral vigente na respectiva IES associada.

Parágrafo único. As disposições sobre alunos classificados como especiais atenderão os critérios e normas que serão definidos pelo colegiado pleno do Programa em resolução interna, observando-se a legislação vigente em cada IES.

Art. 26º. Dentro dos prazos fixados pelo calendário escolar do Programa, todos os alunos regulares estarão obrigados a atender aos requisitos para matrícula previstos neste regulamento.

Art. 27º. É vedada a matrícula simultânea como aluno regular em mais de um curso de mestrado ou doutorado na mesma IES.

Art. 28º. Cada membro do corpo discente regular deverá atender os deveres previstos no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente na IES à qual está vinculado.

Parágrafo único. O não atendimento, por parte do aluno, do disposto no *caput* deste artigo implicará em sanções disciplinares previstas no Regimento Geral da IES à qual o aluno estiver vinculado, quando couber.

CAPÍTULO III

DA ADMISSÃO AO PROGRAMA E OFERTA DE VAGAS POR INSTITUIÇÃO

Seção I

Dos requisitos gerais para inscrição

Art. 29º. A admissão de discentes ao PPGFON, nos níveis de mestrado e doutorado, dar-se-á anualmente, em período pré-definido e de acordo com critérios do edital de seleção aprovado pelo colegiado pleno do Programa e publicado a cada novo processo, não sendo aceitas transferências de alunos de outros

Programas de Pós-Graduação.

§1º O edital de seleção mencionado no *caput* deste artigo será único para todas as IES e deverá mencionar o número de vagas de mestrado e doutorado para cada instituição.

§2º O número de vagas de mestrado e doutorado por instituição será equivalente ao total de vagas oferecidas pelos docentes permanentes de cada IES a cada edital de seleção, respeitando-se os limites e percentuais de reserva de vagas nas situações previstas em normas legais e institucionais vigentes.

§3º No momento da inscrição para o processo seletivo, o candidato ao mestrado ou doutorado deve fazer a opção pela instituição que ele irá concorrer.

Art. 30º. Poderão concorrer a uma vaga no programa como discente, em nível de mestrado, portadores de diploma de graduação em Fonoaudiologia ou áreas correlatas, conferidos por cursos reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação ou reconhecidos pelos órgãos competentes, quando fornecidos por instituições de outros países.

§1º Resolução específica do programa normatizará os diplomas de graduação em áreas correlatas que serão aceitos no processo seletivo, em nível de mestrado, e que constarão no edital de seleção, publicado a cada novo processo.

§2º Fica assegurada a inscrição de candidatos que, apesar de não apresentarem diploma de graduação, ou certidão de colação do grau exigido(a), estejam aptos a obtê-lo(a) e apresentá-lo(a) no ato da matrícula institucional, se aprovado no processo seletivo.

Art. 31º. Poderão concorrer a uma vaga no programa como discente, em nível de doutorado, portadores de diploma de conclusão de curso de mestrado ou concluintes de Programas de Pós Graduação em Fonoaudiologia ou áreas correlatas, conferidos por cursos reconhecidos pela CAPES ou reconhecidos pelos órgãos competentes, neste último caso, quando fornecidos por instituições de outros países.

§1º Resolução específica do programa normatizará os diplomas de mestrado em áreas correlatas que serão aceitos no processo seletivo, em nível de

doutorado, e que constarão no edital de seleção, publicado a cada novo processo.

§2º Fica assegurada a inscrição de candidatos que, apesar de não apresentarem diploma de conclusão de curso de mestrado ou ata de defesa exigido(a), estejam aptos a obtê-lo(a) e apresentá-lo(a) no ato da matrícula institucional, se aprovado no processo seletivo.

Art. 32º. O processo de seleção será devidamente normatizado por edital público de seleção, que deverá ser apreciado pelos colegiados locais e aprovado pelo colegiado pleno do programa e pelas Pró-Reitorias de Pós-Graduação das IES associadas, respeitando-se o disposto no Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes nas IES associadas.

Art. 33º. O número de vagas a ser ofertada nos níveis de mestrado e doutorado, em cada processo seletivo, dependerá da capacidade de orientação do corpo docente, observando o Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada, respeitando-se as diretrizes da área 21 (Educação Física) da CAPES.

Art. 34º. Os critérios, etapas e procedimentos para inscrição, incluindo-se os documentos exigidos, obedecerão ao determinado em edital de seleção aprovado pelo colegiado pleno e serão fixados observando-se os critérios dispostos no Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada.

Art. 35º. Para o nível de mestrado, a capacidade de leitura e interpretação em língua estrangeira (inglês) será comprovada por meio de aprovação em avaliação escrita.

Parágrafo único. A cada novo processo seletivo, o colegiado pleno do PPGFON decidirá o período de apresentação da comprovação de aprovação em avaliação escrita.

Art. 36º. Para o nível de doutorado, a capacidade de leitura e interpretação em duas línguas estrangeiras [inglês e espanhol] será comprovada por meio de aprovação em avaliação escrita.

Parágrafo único. A cada novo processo seletivo, o colegiado pleno do PPGFON decidirá o período de apresentação das comprovações de aprovação em

avaliação escrita.

Art. 37º. A aceitação de candidatos portadores de diplomas obtidos em instituições estrangeiras fica condicionada ao atendimento dos dispositivos legais vigentes no âmbito nacional e de cada IES associada.

Art. 38º. Compete ao coordenador local deferir a solicitação de inscrição do candidato, com base na regularidade da documentação exigida.

Art. 39º. A concessão de bolsas de estudo deverá ocorrer em momento posterior ao processo seletivo e está condicionada à liberação de quotas para o Programa e para cada IES, sendo distribuídas conforme os requisitos das agências de fomento e de acordo com resolução específica do PPGFON, aprovada pelos colegiados locais, respeitando-se o previsto nas normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada.

Art. 40º. Nos casos de discentes oriundos de convênio(s) firmado(s) entre as IES associadas e instituição nacional ou estrangeira, ou de discentes provenientes de acordos mantidos pelo governo federal, o processo seletivo seguirá o disposto no Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada e atenderá as normas aprovadas pelo colegiado local em cada IES.

Seção II **Dos requisitos para matrícula**

Art. 41º. O candidato aprovado e classificado na seleção deverá efetuar sua matrícula na mesma instituição na qual fez a inscrição para o processo de seleção, dentro dos prazos fixados pelo calendário escolar do PPGFON, mediante os procedimentos definidos por cada IES associada de acordo com o Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes.

Art. 42º. Depois de concluídos os procedimentos mencionados no artigo

anterior, o discente receberá um número de matrícula que o identificará como aluno regular do PPGFON.

Parágrafo único. A mudança de nível de mestrado para doutorado dentro do PPGFON sem a necessidade de submissão ao processo de seleção pública para esse último nível acontecerá mediante requerimento do discente ao colegiado local, com anuência do orientador, respeitando as normas legais e institucionais vigentes nos dispositivos institucionais de cada IES.

Art. 43º. Caso no ato da matrícula institucional, o candidato aprovado e classificado no processo seletivo enquadrado no disposto no art. 24, § 2º, não apresente o diploma ou certidão de colação de grau, perderá o direito à matrícula, e será chamado em seu lugar o próximo candidato na lista dos aprovados e classificados.

Art. 44º. A não efetivação da matrícula no prazo fixado implica a desistência do candidato de se matricular no PPGFON, com perda de todos os direitos decorrentes da aprovação e classificação no processo seletivo, sendo chamado em seu lugar o próximo candidato na lista dos aprovados e classificados.

Art. 45º. A matrícula de discentes portadores de diplomas obtidos em instituições estrangeiras fica condicionada ao atendimento dos dispositivos legais vigentes no âmbito nacional e de cada IES associada.

Art. 46º. A matrícula de discentes na condição de especial será realizada em período definido a critério de cada colegiado local, mediante critérios da legislação vigente em cada IES.

Art. 47º. Não será permitida, no período de integralização do curso, a matrícula na disciplina que o aluno já tenha sido aprovado.

Seção III

Do trancamento de matrícula, interrupção de estudos, cancelamento de matrícula e desligamento do programa

Art. 48º. Os critérios e procedimentos para trancamento de matrícula em disciplinas, interrupção de estudos, cancelamento de matrícula e desligamento do programa seguirão o disposto no Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais

normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Seção I

Da estrutura acadêmica e dos prazos

Art. 49º. Para o nível de mestrado, o Programa deverá ser concluído no prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do ano e mês de matrícula do primeiro período letivo no programa até a data da efetiva defesa da dissertação.

Art. 50º. Para o nível de doutorado, o Programa deverá ser concluído no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e máximo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir do ano e mês de matrícula do primeiro período letivo no programa até a data da efetiva defesa da tese.

Art. 51º. Em caráter excepcional, a prorrogação de prazo para a defesa da dissertação poderá ser concedida, por período não superior a seis meses, para o nível de mestrado, e doze meses, para o nível de doutorado, contados a partir do prazo final estabelecido no artigo 65º. Para a concessão da prorrogação, deverão ser atendidos os requisitos observados em resolução específica aprovada nos colegiados locais, respeitando-se o Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação de prazo deverá ser aprovado pelo colegiado local da IES associada na qual o discente está matriculado e ser de conhecimento do colegiado pleno.

Art. 52º. A estrutura curricular do programa será composta por um conjunto de disciplinas, também denominadas componentes curriculares, que poderão ser ministradas por um ou mais docentes, de acordo com o planejamento semestral apreciado pelo colegiado pleno e aprovado pelos colegiados locais.

§1º Dada a forma associativa do programa, as disciplinas serão organizadas

preferencialmente no formato modular.

§2º As aulas devem ser preferencialmente ministradas no modelo presencial e na IES de origem do docente.

§3º Nos casos em que o disposto no §2º não for possível, de acordo com as características da(s) disciplina(s) e a critério do(s) docente(s) da(s) disciplina(s) e dos colegiados locais e pleno, será estabelecida e normatizada a utilização de videoconferência, deslocamento do docente para a outra IES associada ou deslocamento do aluno para a IES na qual a disciplina está sendo oferecida no modelo de aula presencial.

§4º O modelo de oferta de aulas de cada disciplina deverá ser apreciado pelo colegiado pleno, aprovado pelos colegiados locais e divulgado aos alunos previamente ao período de matrícula, a cada semestre.

§5º O programa terá dois períodos letivos regulares por ano civil.

Art. 53º. A estrutura curricular do programa está organizada em quatro eixos principais:

I – Metodológico: cujo objetivo é fomentar o embasamento epistemológico da Fonoaudiologia para o desenvolvimento de pesquisas, com base em método, análise, delineamento e produção científica.

II – Didático-pedagógico: tem como objetivo proporcionar a análise crítico-reflexiva sobre as tendências educacionais no contexto do ensino superior na formação docente e sua prática em diferentes contextos de sala de aula.

III – Técnico-científico: tem como objetivo aprimorar as habilidades técnico-científicas do estudante ao fornecer subsídios transversais que contemplam aspectos relacionados à área de concentração do Programa, assim como conteúdos específicos para cada linha de pesquisa.

IV- Habilidades comportamentais: o objetivo é desenvolver e aperfeiçoar as habilidades comportamentais por meio de práticas nos laboratórios de pesquisa e em atividades educacionais, assim como explorar estratégias de planejamento e gestão de carreira e projetos, liderança e empreendedorismo.

§1º. Ao longo dos cursos de mestrado e doutorado, o discente deverá contemplar componentes curriculares dos diferentes eixos da estrutura curricular,

seguindo um fluxo de distribuição dos componentes curriculares sugeridos pelos respectivos orientadores.

§2º. Na UFPB, a critério do colegiado e por solicitação do orientador, poderão ser atribuídos créditos a atividades acadêmicas a serem desenvolvidas individualmente pelo aluno, denominadas de “Estudos Especiais”, não previstas na Estrutura Acadêmica, porém pertinentes à área de concentração do Programa, até o máximo de dois créditos para mestrado e quatro créditos para doutorado, em conformidade com o Art. 63 da Resolução nº 79/2013 - CONSEPE/UFPB e os seguintes critérios:

I - Os “Estudos Especiais” serão solicitados pelo aluno e seus orientadores, apresentando a ementa, o programa, a bibliografia relevante e o número de créditos necessários ao cumprimento das tarefas.

II - Os “Estudos Especiais” versarão, exclusivamente, sobre assunto relacionado com o tema do trabalho final.

III - Ao final dos “Estudos Especiais”, o aluno deverá entregar à Coordenação do Programa um relatório acompanhado da avaliação de seus orientadores, com a atribuição de uma nota.

Art. 54º. Para efeitos de equivalência entre crédito e carga horária, cada crédito corresponderá a 15 horas-aula teóricas ou a 30 horas-aula práticas.

Art. 55º. Para concluir o Programa, no nível de mestrado, o aluno deverá cursar um número de disciplinas correspondentes, no mínimo, a 780 horas (52 créditos). Para concluir o Programa, no nível de doutorado, o aluno deverá cursar um número de disciplinas correspondentes, no mínimo, a 1230 horas (82 créditos).

§1º. Para o nível de Mestrado, a integralização da carga horária mínima exigida como critério parcial para a conclusão do programa deverá abranger a realização de 210 horas em disciplinas obrigatórias (14 créditos), e pelo menos 150 horas (10 créditos) em disciplinas eletivas da respectiva linha de pesquisa ao qual está vinculado, sendo as 420 horas (28 créditos) restantes distribuídas em disciplinas eletivas e/ou atividades acadêmicas escolhidas pelo discente em consonância com o orientador, considerando o equilíbrio entre os quatro eixos do

Programa.

§2º. Para o nível de Doutorado, a integralização da carga horária mínima exigida como critério parcial para a conclusão do programa deverá abranger a realização de 540 horas em disciplinas obrigatórias (36 créditos) e, pelo menos 240 horas (16 créditos) em disciplinas eletivas da respectiva linha de pesquisa ao qual está vinculado, sendo as 450 horas (30 créditos) restantes distribuídas em disciplinas eletivas e/ou atividades acadêmicas escolhidas pelo discente em consonância com o orientador, considerando o equilíbrio entre os quatro eixos do Programa.

Art. 56º. O aproveitamento de estudos obtidos em disciplinas isoladas cursadas por aluno regular no PPGFON ou em outros programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pela Capes serão analisados pelo Colegiado Local de cada IES, conforme resolução a ser criada pelo programa para essa finalidade, de acordo com as normas previstas tanto no Regulamento Geral de Pós-Graduação vigente, como nos dispositivos regimentais institucionais específicos à matéria deste artigo em cada IES.

Art. 57º. Quaisquer alterações na estrutura curricular do PPGFON deverão ser apreciadas pelos colegiados locais, aprovadas pelo colegiado pleno e posteriormente encaminhado aos conselhos superiores de cada IES.

Art. 58º. Para o nível de mestrado, as disciplinas Práticas laboratoriais I e II e a atividade acadêmica de Estágio em Docência I serão obrigatórias para os alunos bolsistas e facultativa para os demais. Para o nível de doutorado, as disciplinas Práticas laboratoriais III a V e a atividade acadêmica de Estágio em Docência II e III serão obrigatórias para os alunos bolsistas e facultativa para os demais.

§1º. Na UFPB, o Estágio em Docência I será obrigatório para todos os alunos matriculados no mestrado e os Estágios em Docência II e III serão obrigatórios para todos os alunos matriculados no doutorado.

§2º O estágio ao qual se refere o *caput* deste artigo será realizado em conformidade com as normas aprovadas pelo colegiado local em cada IES, observados o Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e

institucionais vigentes em cada IES associada, além das recomendações da CAPES.

Seção II

Da verificação do desempenho acadêmico

Art. 59º. Os critérios para verificação do rendimento do discente em cada disciplina e no trabalho final de dissertação ou tese seguirão o que está previsto no Regulamento Geral de Pós-Graduação de cada IES associada.

Art. 60º. Os requisitos para solicitação, análise e concessão de aproveitamento de estudos serão regulamentados por norma específica do programa, aprovada pelos colegiados locais, respeitando-se o disposto no art. 56º deste Regulamento e o previsto no Regulamento Geral de Pós-Graduação de cada IES associada.

Seção III

Da orientação

Art. 61º. Os critérios, regras e procedimentos relacionados ao processo de orientação do discente e as competências do orientador e orientando no PPGFON serão estabelecidos em norma complementar a este Regulamento, homologada pelos colegiados locais, respeitando-se o disposto pela CAPES, o Regulamento Geral de Pós-Graduação e demais normas legais e institucionais vigentes em cada IES associada.

Art. 62º. A mudança de orientador será admitida somente em situações extraordinárias, caso seja do interesse de uma das partes, devendo ser homologada pelo colegiado local do Programa na IES a qual o aluno está vinculado.

§1º Faculta-se ao aluno o direito de mudança de orientador com a anuência do novo orientador e aprovação do colegiado local do Programa na IES de matrícula do aluno.

§2º Faculta-se ao orientador o direito de abdicar da orientação do aluno,

mediante justificativa e homologação pelo colegiado local do Programa na IES de matrícula do aluno.

§3º Em caso de não haver concordância entre os orientadores, assim como entre o orientando e o orientador, a decisão final competirá ao colegiado local do Programa na IES de matrícula do aluno.

Art. 63º. Considerada a natureza do trabalho de dissertação ou tese, o orientador, em comum acordo com o aluno, poderá indicar um coorientador, com a aprovação do colegiado local do Programa na IES a qual o aluno está vinculado.

Parágrafo único. O coorientador será um doutor ou livre docente pertencente ao Programa ou a outros cursos de pós-graduação *stricto sensu* das instituições associadas ou de outra IES, bem como profissional de qualificação e experiência em campo pertinente à proposta do curso, indicado pelo orientador, em comum acordo com o aluno, para auxiliá-lo na orientação, com a aprovação do colegiado local e colegiado pleno do Programa.

CAPÍTULO V DOS EXAMES INTERMEDIÁRIOS

Art. 64º. O aluno do PPGFON deverá submeter-se a um Exame de Pré- Banca, para o nível do mestrado, e a um Exame de Qualificação, para o nível do doutorado, conforme Resolução específica do Programa. O aluno deverá cumprir os seguintes prazos para submeter-se aos exames de pré-banca para o mestrado e qualificação para o doutorado:

- Até 18 (dezoito) meses da data de seu ingresso no Programa para os alunos do nível de mestrado.

- Até 30 (trinta meses) da data de seu ingresso no Programa para os alunos do nível de doutorado.

CAPÍTULO VI DO TRABALHO FINAL

Art. 65º. Os procedimentos para defesa e julgamento do trabalho de dissertação e tese serão normatizados por meio de resolução específica do Programa, aprovada pelos colegiados locais, respeitando-se o disposto neste Regulamento e no Regulamento Geral de Pós-Graduação de cada IES associada.

O aluno deverá cumprir os seguintes prazos para submeter-se à defesa:

I - Até 24 (vinte e quatro) meses da data de seu ingresso no Programa para os alunos do nível de mestrado.

II - Até 48 (quarenta e oito meses) da data de seu ingresso no Programa para os alunos do nível de doutorado.

CAPÍTULO VI

DA OBTENÇÃO DO GRAU E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 66º. Para a outorga do grau de Mestre ou Doutor em Fonoaudiologia, deverá o aluno, dentro do prazo regimental previsto pelo PPGFON, ter satisfeito as exigências previstas neste Regulamento e no Regulamento Geral de Pós-Graduação da IES a qual está vinculado.

Art. 67º. A expedição de diploma de Mestre ou Doutor em Fonoaudiologia será efetuada pelo setor competente da Pró-reitoria de Pós-Graduação da IES associada à qual o aluno estará vinculado, satisfeitas as exigências constantes no Regulamento Geral de Pós-Graduação de cada IFES associada e as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Art. 68º. O registro do diploma de Mestre ou Doutor em Fonoaudiologia será processado pelo setor competente da Pró-reitoria de Pós-Graduação da IES associada à qual o(a) aluno(a) estará vinculado(a), por delegação de competência do MEC, na forma da legislação específica.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69º. Antes do final de cada período letivo em execução, o coordenador geral do Programa convocará o colegiado pleno com o objetivo de discutir as datas relacionadas ao calendário escolar e programar o próximo período letivo para

posterior aprovação nos colegiados locais.

Parágrafo único. Após a deliberação do colegiado local, a coordenação geral deverá dar ampla divulgação ao calendário escolar aprovado, contendo:

- a) prazos e períodos definidos para a seleção de novos alunos regulares e de alunos especiais;
- b) prazo para início e término do próximo período letivo;
- c) prazo para matrícula institucional dos novos alunos;
- d) prazo para matrícula em disciplinas e atividades acadêmicas dos alunos;
- e) prazo para trancamento de matrícula em disciplinas e atividades acadêmicas;
- f) modelo de oferta de aulas de cada disciplina oferecida no próximo período letivo;
- g) demais atividades acadêmicas a critério do colegiado local.

Art. 70º. O Programa criará e manterá atualizada sua página eletrônica nas respectivas IES associadas, dando ampla divulgação a todas as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa, tais como corpo docente e discente, estrutura acadêmica, calendários, processo seletivo, produção intelectual e técnica, dissertações e teses defendidas, editais, normas e procedimentos.

Parágrafo único. O PPGFON terá uma página eletrônica vinculada à página oficial de cada IES associada, devendo, em todas, o conteúdo contemplar o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 71º. As IES associadas deverão prover as condições acadêmicas imprescindíveis ao atendimento do aluno com necessidades especiais em obediência à legislação vigente.

Art. 72º. Deve ser instituída uma comissão interna de autoavaliação, a cada quatro anos, para definir periodicamente os balizadores de qualidade do programa, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Em seu processo de autoavaliação, o PPGFON utilizará, no mínimo, os seguintes critérios como balizadores da qualidade do Programa, a saber: média de produção intelectual do corpo docente em coautoria com discentes; número de produtos advindos de parcerias internacionais; número de docentes



permanentes no programa; número de pesquisadores que realizaram estágio pós-doutoral no Programa; número de projetos com financiamentos externos; número de discentes titulados anualmente pelo Programa; número de produtos apresentados pelo corpo discente em eventos nacionais e internacionais; impacto social e tecnológico das produções científicas do Programa.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 73º. Os casos omissos a este regulamento serão decididos pelas instâncias institucionais mencionadas no Regulamento Geral de Pós-Graduação de cada IES.

Art. 74º. Em cada IES associada, este regulamento passa a vigorar na data de sua publicação, depois de sua aprovação pelo CONSEPE, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 046/2022 DO CONSEPE/UFRN

1. DISCIPLINAS E ATIVIDADES DA ESTRUTURA ACADÊMICA

Para concluir o Programa, no nível de mestrado, o aluno deverá cursar um número de disciplinas correspondentes, no mínimo, a 780 horas (52 créditos). Para concluir o Programa, no nível de doutorado, o aluno deverá cursar um número de disciplinas correspondentes, no mínimo, a 1230 horas (82 créditos).

Para o nível de Mestrado, a integralização da carga horária mínima exigida como critério parcial para a conclusão do programa deverá abranger a realização de 210 horas em disciplinas obrigatórias (14 créditos) e, pelo menos 150 horas (10 créditos) em disciplinas eletivas da respectiva linha de pesquisa ao qual está vinculado, sendo as 420 horas (28 créditos) restantes distribuídas em disciplinas eletivas e/ou atividades acadêmicas escolhidas pelo discente em consonância com o orientador, considerando o equilíbrio entre os quatro eixos do Programa.

Para o nível de Doutorado, a integralização da carga horária mínima exigida como critério parcial para a conclusão do programa deverá abranger a realização de 540 horas em disciplinas obrigatórias (36 créditos), e pelo menos 240 horas (16 créditos) em disciplinas eletivas da respectiva linha de pesquisa ao qual está vinculado, sendo as 450 horas (30 créditos) restantes distribuídas em disciplinas eletivas e/ou atividades acadêmicas escolhidas pelo discente em consonância com o orientador, considerando o equilíbrio entre três eixos do Programa.

Para o nível de mestrado, as atividades Práticas laboratoriais I e II e o Estágio em Docência I serão obrigatórias para os alunos bolsistas e facultativa para os demais, sendo os créditos correspondentes contabilizados para integralização curricular. Para o nível de doutorado, as atividades Práticas laboratoriais III a V e o Estágio em Docência II e III serão obrigatórias para os alunos bolsistas e facultativa para os demais, sendo os créditos correspondentes contabilizados para integralização curricular. Na UFPB, o o Estágio em Docência I será obrigatório para todos os alunos matriculados no mestrado e os Estágios em Docência II e III serão obrigatórios para todos os alunos matriculados no doutorado.

1.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

De acordo com o §1º do Artigo 55º do Regulamento do PPGFON, o mestrando deverá cumprir **14 (quatorze) créditos obrigatórios** em disciplinas

indicadas nos **Quadros A**.

De acordo com o §2º do Artigo 55º do Regulamento do PPGFON, o doutorando deverá cumprir **36 (trinta e seis) créditos obrigatórios** em disciplinas indicadas nos **Quadros A**.

**Quadro A – Disciplinas obrigatórias do Curso de Mestrado e Doutorado do
 Programa Associado de Pós-Graduação em Fonoaudiologia
 (UFPB/UFRN/UNCISAL)**

Nº	Disciplinas	Número de créditos			Carga Horária	Departamento
		Teóricos	Práticos	Total		
1	Metodologia da pesquisa científica	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UNCISAL
2	Bioestatística I	4	0	4	60	Fonoaudiologia/UNCISAL
3	Metodologia do ensino superior I	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFRN
4	Comunicação Científica I	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB
5	Projeto de Dissertação	4	0	4	60	Fonoaudiologia/ UFPB/UFRN/UNCISAL
Total Mestrado		14	0	14	210	
6	Filosofia da Ciência	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB
7	Comunicação Científica II	3	0	3	45	Fonoaudiologia/UFPB
8	Bioestatística II	3	0	3	45	Fonoaudiologia/UNCISAL
9	Metodologia do ensino superior II	3	0	3	45	Fonoaudiologia/UFPB
10	Empreendedorism o e gestão de carreira e projetos	3	0	3	45	Fonoaudiologia/UFRN
11	Projeto de Tese I	4	0	4	60	Fonoaudiologia/ UFPB/UFRN/UNCISAL
12	Projeto de Tese II	4	0	4	60	Fonoaudiologia/ UFPB/UFRN/UNCISAL
Total Doutorado		36	0	36	540	

1.2 DISCIPLINAS ELETIVAS

Nos termos do §1º do Artigo 55º do Regulamento do PPGFON, o aluno de mestrado deverá cursar, pelo menos, 38 (trinta e oito) créditos, enquanto para o alunos de doutorado, nos termos do o §2º do Artigo 55º, deverão cursar, no mínimo, 46 (quarenta e seis) créditos em disciplinas e/ou atividades acadêmicas eletivas indicadas nos Quadros B, C, D e E.

Quadro B – Disciplinas eletivas do eixo transversal do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa Associado de Pós-Graduação em Fonoaudiologia (UFPB/UFRN/UNCISAL)

Nº	Disciplinas	Número de créditos			Carga Horária	Departamento
		Teóricos	Práticos	Total		
1	Delineamento de pesquisa científica	4	0	4	60	Fonoaudiologia/ UFPB
2	Estudos de validação de instrumentos em Fonoaudiologia	4	0	4	60	Fonoaudiologia/ UFPB
3	Fonoaudiologia baseada em evidências e ciência da implementação	2	0	2	30	Fonoaudiologia/ UFRN
4	Tecnologia e Inovação em Fonoaudiologia	4	0	4	60	Fonoaudiologia/ UFRN e Fonoaudiologia/ UFPB
5	Diversidade cultural e linguística para a Fonoaudiologia	2	0	2	30	Fonoaudiologia/ UFRN
Total		16	0	16	240	

Quadro C – Disciplinas eletivas do eixo técnico-científico da linha de pesquisa 1 do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa Associado de Pós-Graduação em Fonoaudiologia (UFPB/UFRN/UNCISAL)

Nº	Disciplinas	Número de créditos			Carga Horária	Departamento
		Teóricos	Práticos	Total		
1	Avaliação e intervenção em Funções orofaciais	8	0	8	120	Fonoaudiologia/UFPB
2	Avaliação e intervenção em Voz	5	0	5	75	Fonoaudiologia/UFPB
3	Avaliação e intervenção em Comunicação Profissional	3	0	4	45	Fonoaudiologia/UFPB
4	Tópicos especiais em Funções Orofaciais	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB
5	Tópicos especiais em Voz	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB
6	Seminários de pesquisa em funções orofaciais	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB
7	Seminários de pesquisa em voz	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB
Total		24	0	24	360	

Quadro D – Disciplinas eletivas do eixo técnico-científico da linha de pesquisa 2 do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa Associado de Pós-Graduação em Fonoaudiologia (UFPB/UFRN/UNCISAL)

Nº	Disciplinas	Número de créditos			Carga Horária	Departamento
		Teóricos	Práticos	Total		
1	Desenvolvimento, avaliação e intervenção em Audição e Equilíbrio	8	0	8	120	Fonoaudiologia/UFPB/UFRN/UNCISAL
2	Desenvolvimento, avaliação e intervenção em Linguagem oral e escrita	8	0	8	120	Fonoaudiologia/UFRN e Fonoaudiologia/UFPB
3	Tópicos especiais em audição e equilíbrio	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB/UFRN/UNCISAL
4	Tópicos especiais em linguagem oral e escrita	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFRN e Fonoaudiologia/UFPB
5	Seminários de pesquisa em audição e equilíbrio	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFPB/UFRN/UNCISAL
6	Seminários de pesquisa em linguagem oral e escrita	2	0	2	30	Fonoaudiologia/UFRN e Fonoaudiologia/UFPB
Total		24	0	24	360	

Quadro E – Disciplinas e atividades acadêmicas do eixo de habilidades comportamentais do Curso de Mestrado e Doutorado do Programa Associado de Pós-Graduação em Fonoaudiologia (UFPB/UFRN/UNCISAL)

Nº	Disciplinas	Número de créditos			Carga Horária	Departamento
		Teóricos	Práticos	Total		
1	Práticas laboratoriais I	6	0	0	90	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
2	Práticas laboratoriais II	6	0	0	90	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
3	Práticas laboratoriais III	6	0	0	90	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
4	Práticas laboratoriais IV	6	0	0	90	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
5	Práticas laboratoriais V	6	0	0	90	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
6	Práticas laboratoriais VI	6	0	0	90	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
7	Produção científica I	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
8	Produção científica II	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
9	Produção científica III	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
10	Produção científica IV	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
1	Estágio em Docência I*	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/ UFRN/UNCISAL
2	Estágio em Docência II**	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/UFRN/UNCISAL
3	Estágio em Docência III**	2	0	0	30	Fonoaudiologia/UFPB/UFRN/UNCISAL

* Obrigatória para alunos do mestrado bolsistas da Capes e facultativa para os demais.

* Obrigatória para alunos do doutorado bolsistas da Capes e facultativa para os demais.

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E ATIVIDADES ACADÊMICAS

2.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS - MESTRADO E DOUTORADO

1. Metodologia da pesquisa científica (30h)

Ementa: Estudo e aprofundamento dos fundamentos epistemológicos, desde a natureza do conhecimento científico ao mito da neutralidade. Bases do método científico. Métodos de pesquisas e sua aplicação em investigações na área da Fonoaudiologia.

Referências:

1. SANTOS, I.E. Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica. Niterói: Impetus. 2016.
2. SANTOS, I. Método de Pesquisa: perspectivas filosóficas. Mossoró: Ed. UERN. 2010.
3. CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CIOMS). Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas à saúde envolvendo seres humanos. 4a ed. Brasília: CFM, 2018.
4. DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia no caminho de Habermas. 7 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.
5. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
6. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
7. VIEIRA, Sonia. Metodologia Científica para a Área da Saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
8. VOLPATO, Gilson. Método Lógico Para Redação Científica. 2ª Ed. Bestwriting, 2017.
9. VOLPATO, Gilson. Bases Teóricas para Redação Científica. 2ª Ed. Livraria e Editora Científica Ltda, 2021.

2. Bioestatística I (60h)

Ementa: A disciplina estuda a Estatística e a Bioestatística, seus conceitos básicos e aplicações. Pesquisa Quantitativa e fases do trabalho estatístico. População, amostra, parâmetro, estimativa, erro estatístico e procedimentos de amostragem, coleta e armazenamento de dados. Banco de dados e tipos de variáveis. Investiga ainda, a análise descritiva: medidas estatísticas e representação de dados (gráficos e tabelas), noções de probabilidade e prática de estatística com o Excel e o SPSS. Estuda os intervalos de confiança e intervalos de referência e a estatística analítica: Valor de p, interpretação de resultados, dimensionamento da amostra. Finalmente aborda os testes estatísticos paramétricos e não paramétricos.

Referências:

1. VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
2. DÓRIA-FILHO, U. Introdução à bioestatística para simples mortais. 4 ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2003.
3. LABANI S, ASTHANA S. Basics of biostatistics for understanding research findings. MAMC J Med Sci [serial online] 2015 [cited 2020 Mar 13];1:136-41. Available from: <http://www.mamcjms.in/text.asp?2015/1/3/136/166310>.
4. LIRANI, L.S.; OSIECKI, A.C.V. Bioestatística. Rio de Janeiro: InterSaberes, 2020.
5. MARQUES, J.M. Bioestatística: Ênfase em fonoaudiologia. Introdução ao uso do computador. Juruá Editora, Curitiba: 2002.
6. WONG, C. H.; SIAH, K. W.; LO, A. W. Estimation of clinical trial success rates and related parameters. Biostatistics, Volume 20, Issue 2, April 2019, Pages 273–286, <https://doi.org/10.1093/biostatistics/kxx069>.
7. ALMEIDA FILHO, N. de; ROUQUAYROL, M. Z. Introdução à Epidemiologia.

Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

3. Metodologia do ensino superior I (30h)

Ementa: Fundamentos teórico-metodológicos norteadores do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, com abordagem dos recursos didáticos necessários para a construção do conhecimento e análise crítico-reflexiva sobre as tendências educacionais no contexto do ensino superior. Normativas das Instituições de Ensino Superior. Formação docente

Referências:

1. BACICH, L.; MORAN, J. (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.
2. COWAN, John. Como ser um professor universitário inovador: reflexão na ação. Porto Alegre: ARTMED, 2002. 232p: il. ISBN: 8573079940.
3. ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Metodologia do ensino superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica. Curitiba: IBPEX, 1998. 231 p. ISBN: 8587053019.
4. IMBERNÓN, Francisco. Inovar o ensino e a aprendizagem na universidade. São Paulo: Cortez, 2012. 127 p. ISBN: 9788524918636.
5. ARANTES, A.P.P; GEBRAN, R.A. Docência no Ensino Superior: Trajetórias e Saberes. Paco Editorial: 2013.

4. Comunicação científica I (30 h)

Ementa: A disciplina envolve as bases teóricas, técnicas e estilísticas da escrita científica em saúde, incluindo a leitura crítica, concepção e publicação de artigos

científicos.

Referências:

1. APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226p.
2. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
3. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
4. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
5. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
6. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos: Compacta, 2014. 192p.
7. SIMKHADA, P.; VAN TEIJLINGEN, E.; HUNDLEY, V.; SIMKHADA, B.D. Writing na abstract for a scientific conference. *Kathmandu University Medical Journal*, v.11, n.3, p.262-265, 2013.
8. VOLPATO, G.L. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011. 320p.
9. Volpato GL. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

5. Projeto de dissertação (60h)

Ementa: Elaboração do projeto de dissertação visando a sua apresentação no Exame de Pré-Banca. Reflexão sobre os aspectos teóricos, científicos e metodológicos

envolvidos na concepção e realização da pesquisa de mestrado.

Referências:

1. APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226p.
2. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
3. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
4. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
5. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
6. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos: Compacta, 2014. 192p.
7. VOLPATO, G.L. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011. 320p.
8. VOLPATO GL. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

6. Filosofia da Ciência (30h)

Ementa: Estudo sobre a história do conhecimento científico e a relação entre filosofia, ciência e técnica. Discussão sobre os fundamentos epistemológicos norteadores da

filosofia da ciência e os pressupostos filosóficos da ciência moderna.

Referências:

1. CHALMERS, A, F. O que é ciência afinal? Trad. Raul Ficker. São Paulo: Brasiliense, 1993.
2. VOLPATO, G. Ciência: da filosofia à publicação. Botucatu: Tipomic, 2004.
3. ALVES, R. Filosofia da ciência: Introdução ao jogo e a suas regras. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
4. POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2013.
5. NOUVEL, P. Filosofia das ciências. Campinas: Papyrus Editora, 2013.

7. Comunicação científica II (45h)

Ementa: Base da comunicação e competência comunicativa em apresentações orais. Modalidades de comunicação científica. Planejamento das apresentações científicas. Recursos tecnológicos para a apresentação científica. Assertividade na comunicação em eventos científicos. Comunicação verbal e não verbal em contexto científico.

Referências:

1. ALLEY, M. The craft of scientific presentations: critical steps to succeed and critical erros to avoid. New York: Springer, 2013.
2. ALLEY, M; NEELEY, N. Rethinking the Design of Presentation Slides: A Case for Sentence Headlines and Visual Evidence. Technical COMMUNICATION. 2005; 52(4): 417-26.
3. ALMEIDA, A.A.F.; BEHLAU, M.; LEITE, J.R. Correlação entre ansiedade e performance comunicativa. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (Impresso), v. 16, p. 384-389, 2011.
4. CARMO, J.S.; PRADO, P.S.T. Apresentação de trabalho em eventos científicos: comunicação oral e painéis. Interação em Psicologia, 2005,

- 9(1):131-142.
5. GARNER, J.K.; ALLEY, M.P. Slide structure can influence the presenter's understanding of the presentation's content. *International Journal of Engineering Education*. 2016; 32:39-54.
 6. KYRILLOS, L.R. (org.). *Expressividade: da Teoria à Prática*. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.
 7. LUCKMAN, A.P.; BURIN, C.K. *Manual de comunicação científica*. Santa Catarina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2016.
 8. SCHWABISH, J. *Better presentations: a guide for scholars, researchers, and wonks*. New York: Columbia University Press, 2017.
 9. SILVA, ASR; MENDES, LS; NÓBREGA, PP. *PRODUÇÃO DE AULAS REMOTAS : Tutoriais e Guias Didáticos*. Fortaleza : Grupo Educação, Tecnologia e Saúde da Universidade Federal do Ceará, 2020.
 10. VASCONCELLOS, L.; OTTA, E. Comparação do comportamento gestual entre maus e bons oradores durante a comunicação em público. *Psicologia em Revista*. v.9, n.13, p.153-158, 2003.

8. Bioestatística II (30h)

Ementa: A disciplina estuda a análise multivariada, os modelos de regressão, com foco em regressão binária logística, análise dos valores de p e r, interpretação dos resultados, confecção de tabelas e gráficos para a apresentação dos resultados e prática de estatística com os aplicativos Excel e o SPSS.

Referências:

1. ARANGO, H. G. *BIOESTATÍSTICA: Teórica e computacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
2. BUSSAB, W.O., MORETTIN, P.A. *Estatística Básica*. Saraiva, 2006.
3. CALLEGARI-JACQUES, S. M. *Bioestatística: princípios e aplicações*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
4. LEE, K. J., MORENO-BETANCUR, M., KASZA, J. *Biostatistics: a*

- fundamental discipline at the core of modern health data science. *Med. J. Aust.*, 2019. 211: 444-446.e1. <https://doi.org/10.5694/mja2.50372>.
5. MISHRA P, SINGH U, PANDEY CM, MISHRA P, PANDEY G. Application of student's t-test, analysis of variance, and covariance. *Ann Card Anaesth.* 2019;22(4):407-411. doi:10.4103/aca.ACA_94_19.
 6. TRIOLA, M. F. *Introdução a Estatística*. 10 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008;
 7. VIEIRA, S. *Bioestatística: tópicos avançados*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

9. Metodologia do ensino superior II (45h)

Ementa: Estudo e operacionalização de diferentes procedimentos técnicos de organização do ensino, com vistas a uma prática pedagógica crítica, emancipatória e humanizadora, implementação de metodologias ativas no Ensino Superior. Gamificação, Design Thinking.

Referências:

1. BACICH, L.; MORAN. J. (Org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.
2. BRANCH, R. M., DOUSAY, T. A. *Survey of Instructional Design Models*, Association for Educational Communications and Technology. Bloomington: AECT. 2015.
3. RODEGHIERO, C.C., SPEROTTO, R.I., ÁVILA, C.M.O. Aprendizagem criativa e Scratch: possibilidades metodológicas de inovação no Ensino Superior . *Momento: diálogos em educação*, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 1, p. 188-207, jan./abril. 2018.
4. TAKAHASHI, E. K., & CARDOSO, D. C. Experimentação Remota em Atividades de Ensino Formal: um Estudo a Partir de Periódicos Qualis A. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências*, 11(3), 185–208. 2020. Recuperado de

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4214>.

5. ALVES, F. Gamification – 2ª edição revisada e ampliada: Como Criar Experiências De Aprendizagem Engajadoras. DVS Editora, 2015.
6. CAMARGO, F., DAROS, T. A Sala de Aula Inovadora: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo. Editora Penso, 2018.
7. BERGMANN, J, SAMS, A. Sala de Aula Invertida - Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. Editora GEN/LTC, 2016.
8. BENDER, W.N. Aprendizagem Baseada em Projetos: Educação Diferenciada para o Século XXI. Editora Penso, 2014.

10. Empreendedorismo e gestão de carreira e projetos (45h)

Ementa: Empreendedorismo no campo da ciência, educação e tecnologia em saúde. Desenvolvimento das habilidades comportamentais no empreendedorismo. Reflexão sobre planejamento profissional e introdução a conceitos de gestão de carreira e liderança. Reflexão sobre desenvolvimento pessoal, crescimento, gerenciamento e avaliação do planejamento na gestão de carreira.

Referências:

1. BRESSANT, J. TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2019. 526p.
2. GUZMÁN, V. et al. Characteristics and Skills of Leadership in the Context of Industry 4.0. Elsevier, [s.d.].
3. KANAT-MAYMON, Y. et al. Work motivations as antecedents and outcomes of leadership: Integrating self-determination theory and the full range leadership theory. Elsevier, 2020.
4. KHORAKIAN, A.; SHARIFIRAD, M. S. Integrating Implicit Leadership Theories, Leader–Member Exchange, Self-Efficacy, and Attachment Theory to Predict Job Performance. Psychological Reports, v. 122, n. 3, p. 1117– 1144, 1 jun. 2019.
5. LORD, R. G. et al. Implicit Leadership Theories, Implicit Followership Theories, and Dynamic Processing of Leadership Information. Annual Review of

Organizational Psychology and Organizational Behavior, v. 7, p. 49–74, 21 jan. 2020.

6. NORTHOUSE, P. Leadership: Theory and practice. 2021.
7. OWEN, J. The Leadership Skills Handbook: 100 Essential Skills You Need to be a Leader. 2020.

11. Projeto de tese I (60h)

Ementa: Elaboração do embasamento teórico e definição do problema de pesquisa relacionado à tese de doutorado.

Referências:

1. APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226p.
2. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
3. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
4. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
5. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
6. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos: Compacta, 2014. 192p.
7. VOLPATO, G.L. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011. 320p.
8. VOLPATO GL. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura

acadêmica, 2010.

12. Projeto de tese II (60h)

Ementa: Construção dos aspectos teóricos e metodológicos do projeto de tese para apresentação no exame de qualificação.

Referências:

1. APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226p.
2. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
3. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. Epidemiologia e Serviços de Saúde, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
4. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. Acta Psychiatrica Scandinava, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
5. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
6. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos: Compacta, 2014. 192p.
7. VOLPATO, G.L. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011. 320p.
8. VOLPATO GL. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

2.2. DISCIPLINAS ELETIVAS DO EIXO TRANSVERSAL - MESTRADO E

DOUTORADO

1. Delineamento de pesquisa científica (60h)

Ementa: Entendimento dos delineamentos de estudos epidemiológicos: Estudos transversais: implementação, principais fontes de viés, estratégias de análise e interpretação de resultados. Estudos caso-controle: tipos, seleção de casos e controles, principais fontes de viés, pareamento, estratégias de análise e interpretação de resultados. Estudos de coorte: tipos, mensuração da exposição e evento, principais fontes de viés, estratégias de análise e interpretação de resultados e estudo ecológico. Registro de ensaios clínicos internacionais e nacionais. Análise de dados em ensaios clínicos: análise por protocolo e intenção de tratar. Ferramentas para avaliação do risco de viés de ensaios clínicos. Diretrizes do CONSORT (Padrões Consolidados para Relatar Ensaios). Revisão integrativa, bibliométrica, escopo, sistemática e meta-análise.

Referências:

1. PEREIRA GOMES M. Epidemiologia Teórica e Prática. Guanabara Koogan. 2018
2. HULLEY, S.B.; CUMMINGS, S.R.; BROWNER, W.S. et al. Delineando a Pesquisa Clínica. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
3. CONSORT STATEMENT AND EXTENSIONS. Disponível em <http://www.consort-statement.org/>. 2018
4. HULLEY, Stephen; CUMMINGS, Steven; BROWNER, Warren; GRADY, Deborah; NEWMAN, Thomas. Delineando a Pesquisa Clínica. Porto Alegre: Artmed, 2015.
5. ROBEY, R.R. An Introduction to Clinical Trials. The ASHA Leader. v. 10, n.7. Disponível em: <https://doi.org/10.1044/leader.FTR3.10072005.6>
6. Peters MDJ, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Tricco AC, Khalil, H. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). *JB I Manual for Evidence Synthesis*, JBI, 2020. Disponível em:

- <https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/ JBIMES-20-12>
7. Torraco, R. J. (2005). Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), p. 356- 367.
 8. HIGGINS, J. THOMAS, J. *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. v. 6.2. The Cochrane Collaboration, 2021.
 9. HONÓRIO, H. M., SANTIAGO JR, J. F. *Fundamentos das revisões sistemáticas em saúde*. São Paulo: Santos Pub, 2021.
 10. PAGE, M., MCKENZIE, J. E., BOSSUYT, P. M., et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*. v. 372, n. 71, 2021.

2. Estudos de validação de instrumentos em Fonoaudiologia (60h)

Ementa: Estudo dos fundamentos epistemológicos e metodológicos do processo de validação de instrumentos para aplicação no campo da Fonoaudiologia. Compreensão sobre propriedades psicométricas e clinimétricas dos instrumentos e seu uso na Fonoaudiologia. Discussão sobre a finalidade do processo de validação de instrumentos, procedimentos e estratégias de execução e interpretabilidade das múltiplas etapas e viabilidade na prática fonoaudiológica. Estudo das diferentes teorias para condução do processo de validação de instrumentos.

Referências:

1. AERA: American Educational Research Association, APA: American Psychological Association, NCME: National Council on Measurement in Education. *Standards for educational and psychological testing*. New York: AERA; 2014.
2. DE VET, H.C.W.; TERWEE, C.B.; MOKKINK, L.B.; KNOL, D.L. *Measurement in medicine: a practical guide*. New York: Cambridge University Press, 2011.
3. STREINER, D.L; NORMAN, G.R.; CAIRNEY, J. *Health Measurement Scales: A practical guide to their development and use*. 5. ed. New York:

Oxford University Press, 2015.

4. DAMÁSIO, B.F.; BORSA, J.C. Manual de desenvolvimento de instrumentos psicológicos. São Paulo: Vetor, 2017.
5. HUTZ, C.S.; BANDEIRA, D.R.; TRENTINI, C.M. Psicometria. Porto Alegre: Artmed, 2015. PERNAMBUCO, L.; ESPELT, A.; MAGALHÃES JUNIOR, H.V.; LIMA, K.C. Recommendations for elaboration, transcultural adaptation and validation process of tests in Speech, Hearing and Language Pathology. Cogas. v. 29, n. 3, e20160217, 2017.
6. BEATON, D.E.; BOMBARDIER, C.; GUILLEMIN, F.; FERRAZ, M.B. Guidelines for the process of cross-cultural adaptation of self-report measures. Spine.v.25, n.24, p.3186-91, 2000.
7. PASQUALI, L. Princípios de elaboração de escalas psicológicas. Revista Psiquiatria Clinica, v. 25, n. 5, p. 206-213, 1998.
8. PASQUALI, L. Teoria de Resposta ao Item: Teoria de procedimentos e aplicações. Brasília: LabPAM/UnB, 2007.
9. BOCK, R.D.; GIBBONS, R.D. Item Response Theory. New Jersey: Wiley, 2021.

3. Fonoaudiologia baseada em evidências e ciências da implementação (30h)

Ementa: fundamentos da prática baseada em evidência no campo da Fonoaudiologia. Reflexão sobre o estudo dos métodos e estratégias para facilitar a adoção de práticas e pesquisas baseadas na melhor evidência no cuidado aos indivíduos com necessidades especiais na comunicação e funções orofaciais. Estudo das barreiras para implementação das melhores evidências relacionadas à formação do fonoaudiólogo e ao mundo do trabalho. Reflexão sobre as mudanças comportamentais e organizacionais que favorecem a implementação das melhores práticas.

Referências:

1. CAMPBELL, W.; ... N. D.-C. A. AND; 2017, UNDEFINED. Supporting

- evidence-based practice in speech-language pathology: A review of implementation strategies for promoting health professional behavior change. Taylor & Francis, v. 11, n. 3–4, p. 72–81, 2 out. 2017.
2. CUNNINGHAM, B. et al. Using implementation science to engage stakeholders and improve outcome measurement in a preschool speech-language service system. Taylor & Francis, [s.d.].
 3. DOUGLAS, N. F.; BURSHNIC, V. L. Implementation Science: Tackling the Research to Practice Gap in Communication Sciences and Disorders. Perspectives of the ASHA Special Interest Groups, v. 4, n. 1, p. 3–7, 26 fev. 2019a.
 4. DOUGLAS, N. F.; BURSHNIC, V. L. Implementation Science: Tackling the Research to Practice Gap in Communication Sciences and Disorders. Perspectives of the ASHA Special Interest Groups, v. 4, n. 1, p. 3–7, 26 fev. 2019b.
 5. GREENWELL, T.; PATHOLOGY, B. W.-A. J. OF S.-L.; 2021, UNDEFINED. Evidence-based practice in speech-language pathology: Where are we now? ASHA, [s.d.].
 6. GREENWELL, T.; WALSH, B. Evidence-based practice in speech-language pathology: Where are we now? American Journal of Speech-Language Pathology, v. 30, n. 1, p. 186–198, 1 jan. 2021.
 7. NILSEN, P. Making sense of implementation theories, models and frameworks. Implementation Science, v. 10, n. 1, 21 abr. 2015.
 8. OLSWANG, L. B.; PRELOCK, P. A. Bridging the gap between research and practice: Implementation science. Journal of Speech, Language, and Hearing Research, v. 58, n. 6, p. S1818–S1826, 1 dez. 2015.
 9. SCHLIEP, M. E.; ALONZO, C. N.; MORRIS, M. A. Beyond RCTs: Innovations in research design and methods to advance implementation science. Evidence-Based Communication Assessment and Intervention, v. 11, n. 3–4, p. 82–98, 2

out. 2017.

4. Tecnologia e Inovação em Fonoaudiologia (60h)

Ementa: Fundamentação das tecnologias em saúde e em Fonoaudiologia. Introdução aos conceitos de avaliação de tecnologia em saúde e a interprofissionalidade. Apresentação das competências necessárias para as práticas utilizando tecnologias em saúde. Estudo da política, estrutura, estratégias, processos e procedimentos para inovação em saúde e em Fonoaudiologia. Introdução às diretrizes da Propriedade Intelectual e Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Referências:

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes metodológicas. Avaliação de desempenho de tecnologias em saúde. Brasília, 2017. Disponível em: http://conitec.gov.br/images/Artigos_Publicacoes/Diretrizes/DIRETRIZ_AdT_S_final_ISBN.pdf. Acesso em: 05. fev. 2022.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de gestão de tecnologias em saúde. Brasília, 2010. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_gestao_tecnologias_saude.pdf. Acesso em: 05. fev. 2022.
3. BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br>. Acesso em: 05. fev. 2022.
4. JORGE, Maria Salete Bessa, VERGARA, Clarice Maria Araújo Chagas, SAMPAIO Helena Alves de Carvalho, MOREIRA, Thereza Maria Magalhães (organizadoras). Tecnologias e-Health em Gestão em Saúde: fundamentos para seu desenvolvimento e avaliação. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2021 274 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1oYuHPI17J52kEP_si8dkwrUiVAj8y0GS/view. Acesso em: 05. fev. 2022.
5. LORENZETTI, Jorge; TRINDADE, Letícia de Lima; PIRES, Denise Elvira Pires De; RAMOS, Flávia Regina Souza. Tecnologia, inovação tecnológica e saúde:

uma reflexão necessária. *Texto & Contexto - Enfermagem*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 432–439, 2012. DOI: 10.1590/s0104-07072012000200023.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/63hZ64xJVrMf5fwsBh7dnnq/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 05. fev. 2022.

6. NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh; SOÁREZ, Patricia Coelho De. A Avaliação das Tecnologias em Saúde: origem, desenvolvimento e desafios atuais. Panorama internacional e Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, [S. l.], v. 36, n. 9, 2020. DOI: 10.1590/0102-311x00006820. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/6p3SzRQKCpcR678Btk5xVyQ/?lang=pt>. Acesso em: 05. fev. 2022.
7. TENÓRIO, Marge; MELLO, Guilherme Arantes; VIANA, Ana Luiza D'Ávila. Políticas de fomento à ciência, tecnologia e inovação em saúde no Brasil e o lugar da pesquisa clínica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S. l.], v. 22, n. 5, p. 1441–1454, 2017. DOI: 10.1590/1413-81232017225.33342016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pZ9QSLHJcp9mkCwRnrTjzLK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05. fev. 2022.
8. VALENTIM, Ricardo Alexsandro de Medeiros et al (org.). *A Telessaúde no Brasil e a inovação tecnológica na atenção primária*. 1ª ed. Natal: EDUFRN, 2015. p.449.

5. Diversidade cultural e linguística para a Fonoaudiologia (30h)

Ementa: Perspectivas conceituais sobre as Relações Étnico-Raciais. Discussões Conceituais e reflexivas sobre discriminação, estereótipo e preconceito no cotidiano da atuação fonoaudiológica. Intersecção entre classe, gênero, raça/etnia, religiosidade e educação, cultura.

Referências:

1. CANDAU, V. M. e MOREIRA, A. F. B. Multiculturalismo, diferenças culturais e

práticas pedagógicas. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

2. KLEINMAN A, BENSON P (2006) Anthropology in the Clinic: The Problem of Cultural Competency and How to Fix It. PLoS Med 3(10): e294. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0030294>.

3. KEESING, R. M.; STRATHERN, A. J. Antropologia Cultural. 1.ed. São Paulo: Vozes, 2014.

4. CHOR MAIO, M. (org.). Raça como Questão. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2010.

5. NEVES, E. M.; LONGHI, M. R.; FRANCH, M. Antropologia da saúde: ensaios em políticas da vida e cidadania. Brasília: ABA, 2018.

2.3. DISCIPLINAS ELETIVAS DO EIXO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA LINHA 1 - MESTRADO E DOUTORADO

1. Avaliação e intervenção em Funções orofaciais (120h)

Ementa: Estudo de aspectos teórico-metodológicos relacionados aos procedimentos envolvidos na avaliação e intervenção em Motricidade Orofacial e Disfagia. Estabelecimento de relações entre as evidências científicas e a aplicabilidade clínica dos procedimentos de avaliação intervenção em Motricidade Orofacial e Disfagia.

Referências:

1. ALVES, Giorvan Ânderson dos Santos et al. Avaliação e diagnóstico em Motricidade Orofacial na perspectiva clínica. In: Pernambuco, Leandro de Araújo; Assenço, Ana Manhani. Fonoaudiologia: Avaliação e Diagnóstico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021. p.109-121
2. FELÍCIO, Cláudia Maria de. Motricidade Orofacial: Teoria, Avaliação e Estratégias Terapêuticas. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2020.
3. SILVA, Hilton Justino da et al (Org.). Tratado de Motricidade Orofacial. 1ª ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2019.
4. BERRETIN-FELIX, G.; ALVES, G.A.S.; SILVA, L.K. et al. Interfaces e Tecnologias em Motricidade Orofacial. São José dos Campos: Pulso

Editorial, 2016.

5. SILVA, Hilton Justino da et al. Discutindo casos clínicos em motricidade orofacial. 1ª ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2020.
6. LEONARD, R.; KENDALL, K.A. Dysphagia Assessment and Treatment Planning: A Team Approach. 4. ed. San Diego: Plural Publishing, 2019.
7. LUDLOW, C. L.; KENT, R.D.; GRAY, L. Measuring voice, speech, and swallowing in the clinic and laboratory. San Diego: Plural Publishing, 2019.
8. KREKELER, B.N.; ROWE, L.M.; CONNOR, N. P. Dose in exercise - based dysphagia therapies: a scoping review. Dysphagia, n. 36, p. 1-32, 2021.
9. MARTINO, Rosemary; MCCULLOCH, Timothy. Therapeutic intervention in oropharyngeal dysphagia. Nature Reviews Gastroenterology & Hepatology, v. 13, n. 11, p. 665-679, 2016.
10. MURRY, T.; CARRAU, R.L.; CHAN, K. Clinical Management of Swallowing Disorders. 5. ed. San Diego: Plural Publishing, 2020.

2. Avaliação e intervenção em Voz (75h)

Ementa: Aspectos teórico-metodológicos relacionados aos princípios e procedimentos clínicos e instrumentais envolvidos na avaliação e diagnóstico em voz; estudo dos aspectos teórico-metodológicos relacionados aos procedimentos envolvidos na intervenção em voz.

Referências:

1. AGUIAR, A. C. ; ALMEIDA, L. N. ; PERNAMBUCO, L. A. ; RAMOS, N. S. ; ANDRADE, J. M. ; BEHLAU, M. ; ALMEIDA, AA . Urica-VV Scale: A New Research Perspective of The Stage of Readiness for Treatment in Patients with Dysphonia. JOURNAL OF VOICE, 2021.
2. ALMEIDA, L. N. A. ; NASCIMENTO, J. A. ; BEHLAU, M. ; VITOR, A. ; AGUIAR, A. C. ; ALMEIDA, AA . Processo de validação de instrumentos de autoavaliação da voz no Brasil. AUDIOLOGY - COMMUNICATION

RESEARCH (ACR), v. 26, p. e2364, 2021.

3. OLIVEIRA, P. ; LIMA NETO, E. A. ; LOPES, L. W. ; BEHLAU, M. ; ALMEIDA, AA . Brazilian Dysphonia Screening Tool (Br-DST): An Instrument Based on Voice Self-Assessment Items. JOURNAL OF VOICE, 2021.

4. PATEL et al (2018) - Recommended Protocols for Instrumental Assessment of Voice ASHA. Am J Speech Lang Pathol. 2018 Aug 6;27(3):887-905. doi: 10.1044/2018_AJSLP-17-0009.
5. ROY et al. Evidence-based clinical voice assessment: a systematic review. American Journal of Speech and Language Pathology, v. 22, p.212-226, 2013.
6. BEHLAU M. The 2016 G. Paul Moore Lecture: Lessons in Voice Rehabilitation: Journal of Voice and Clinical Practice. J Voice. 2019 Sep;33(5):669-681. doi: 10.1016/j.jvoice.2018.02.020. Epub 2018 Mar 19. PMID: 29567050.
7. DESJARDINS M, HALSTEAD L, COOKE M, BONILHA HS. A Systematic Review of Voice Therapy: What “Effectiveness” Really Implies. J Voice. 2016 Nov 15. pii: S0892-1997(16)30299-5.
8. GARTNER-SCHMIDT, J. et al. Quantifying Component Parts of Indirect and Direct Voice Therapy Related to Different Voice Disorders. Journal of Voice, v. 27, n. 2, p. 210-16, 2013.
9. HELOU L (2017). Crafting the dialogue: Meta-therapy in transgender voice and communication training. Perspec ASHA Spec Interest Groups, SIG 10, 2(2).
10. HELOU L, GARTNER-SCHMIDT JL, HAPNER ER, SCHNEIDER SL, STAN JHV (2021). Mapping Meta-Therapy in Voice Interventions onto the Rehabilitation Treatment Specification System. Semin Speech Lang 42(1), 5–18.

3. Avaliação e intervenção em comunicação profissional (45h)

Ementa: Aspectos teórico-metodológicos relacionados aos procedimentos envolvidos na avaliação e diagnóstico em comunicação profissional. Estudo das abordagens individuais e coletivas de aprimoramento da voz e comunicação em indivíduos com necessidades especiais de comunicação. Reflexões acerca das especificidades e diferenças dos programas de treinamento e condicionamento vocal em diferentes profissionais da voz falada e cantada. Análise e discussão sobre

programas de prevenção e promoção no âmbito da saúde vocal.

Referências:

1. ASSAD, JOANA PERPÉTUO et al. Dose Vocal: uma revisão integrativa da literatura. Revista CEFAC [online]. 2017, v. 19, n. 3, pp. 429-438.
2. FERREIRA, LP; ANDRADA E SILVA, MA; GIANNINI SPP. Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: práticas fonoaudiológicas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Roca, 2015.
3. GHIRARDI A, FERREIRA L, GIANNINI S, LATORRE M. Screening Index for Voice Disorder (SIVD): development and Validation. J Voice. 2013;27(2):195-200.
4. LIMA- SILVA, MF; GHIRARDI ACAM; PENHA, PBC; MEDEIROS CMA; FERREIRA LP. Avaliação e diagnóstico fonoaudiológico em comunicação profissional. In: PERNAMBUCO, L; ASSENÇO, AMC. Fonoaudiologia – avaliação e diagnóstico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021. LOPES, L; MORETI, F; ZAMBON, FABIANA; VAIANO, T. Fundamentos e Atualidades em Voz Profissional. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2022.
5. BANE M, ANGADI V, DRESSLER E, ANDREATTA R, STEMPLE J. Vocal function exercises for normal voice: The effects of varying dosage. Int J Speech Lang Pathol. 2019 Feb; 21(1):37-45.
6. BEHLAU M, MADAZIO G, FEIJÓ D, AZEVEDO R, GIELOW I, REHDER MI. Aperfeiçoamento vocal e tratamento fonoaudiológico das disfonias. In: Behlau M. Voz: O livro do especialista. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.
7. HOCH M, SANDAGE MJ. Exercise Science Principles and the Vocal Warm-up: Implications for Singing Voice Pedagogy. J Voice. 2018 Jan;32(1):79-84.
8. JOHNSON AM, SANDAGE MJ. Exercise Science and the Vocalist. J Voice. 2021 May;35(3):376-385.
9. SANDAGE MJ, SMITH AG. Muscle Bioenergetic Considerations for Intrinsic Laryngeal Skeletal Muscle Physiology. J Speech Lang Hear Res. 2017 May

24;60(5):1254-1263.

4. Tópicos especiais em Funções Orofaciais - 30h

Ementa: Discussão sobre diferentes tópicos no campo das funções orofaciais e seus transtornos. Os tópicos do curso são flexíveis e refletirão os interesses de pesquisa contemporâneos e o conhecimento necessário aos discentes matriculados por ocasião de sua oferta.

Referências:

1. SILVA, H.J. et al (Org.). Tratado de Motricidade Orofacial. 1ª ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2019.
2. ALVES, Giorvan Ânderson dos Santos et al. Avaliação e diagnóstico em Motricidade Orofacial na perspectiva clínica. In: Pernambuco, Leandro de Araújo; Assenço, Ana Manhani. Fonoaudiologia: Avaliação e Diagnóstico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021. p.109-121
3. FELÍCIO, Cláudia Maria de. Motricidade Orofacial: Teoria, Avaliação e Estratégias Terapêuticas. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2020.
4. SILVA, Hilton Justino da et al. Avaliação e diagnóstico em Motricidade Orofacial na perspectiva instrumental In: PERNAMBUCO, Leandro de Araújo; ASSENÇO, Ana Manhani (Org.). Fonoaudiologia: Avaliação e Diagnóstico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2021. p.123-131.
5. SHORTLAND, Hollie-Ann L. et al. Orofacial Myofunctional Therapy and Myofunctional Devices Used in Speech Pathology Treatment: A Systematic Quantitative Review of the Literature. American journal of speech-language pathology, v. 30, n. 1, p. 301-317, 2021.
6. LUDLOW, C. L.; KENT, R.D.; GRAY, L. Measuring voice, speech, and swallowing in the clinic and laboratory. San Diego: Plural Publishing, 2019.
7. LEVY, D.S.; ALMEIDA, S.T. (Org). Disfagia Infantil. Rio de Janeiro: Thieme

Revinter, 2018.

8. MURRY, T.; CARRAU, R.L.; CHAN, K. Clinical Management of Swallowing Disorders. 5. ed. San Diego: Plural Publishing, 2020.
9. PERNAMBUCO, L.A.; SILVA, R.G.; MAGALHÃES JUNIOR, H.V.; COSTA, B.O.I; ONOFRI, S.M.M. Avaliação e diagnóstico de disfagia orofaríngea em adultos. In: PERNAMBUCO, L.A.; ASSENÇO, A.M.C. (Org). Fonoaudiologia: avaliação e diagnóstico. Rio de Janeiro: Revinter. 2021. p. 141-158.

5. Tópicos especiais em Voz (30h)

Ementa: Discussão sobre diferentes tópicos no campo da voz e seus distúrbios, e da comunicação profissional. Os tópicos do curso são flexíveis e refletirão os interesses de pesquisa contemporâneos e o conhecimento necessário aos discentes matriculados por ocasião de sua oferta.

Referências:

1. CORTÉS, J. P. et al. Ambulatory assessment of phonotraumatic vocal hyperfunction using glottal airflow measures estimated from neck-surface acceleration. PLoS ONE, v. 13, n. 12, 1 dez. 2018.
2. HEGDE, S. et al. A survey on machine learning approaches for automatic detection of voice disorders. Elsevier, [s.d.].
3. SYED, S. et al. Meta-analysis of voice disorders databases and applied machine learning techniques. aimspress.com, v. 17, n. 6, p. 7958–7979, 2020.
4. TANDEL, N.; ... H. P.-2020 6TH I.; 2020, UNDEFINED. Voice recognition and voice comparison using machine learning techniques: A survey. ieeexplore.ieee.org, [s.d.].
5. TOLES, L. E. et al. Differences between female singers with phonotrauma and vocally healthy matched controls in singing and speaking voice use

- during 1 week of ambulatory monitoring. American Journal of Speech-Language Pathology, v. 30, n. 1, p. 199–209, 1 jan. 2021.
6. VAN STAN, J. H. et al. Differences in weeklong ambulatory vocal behavior between female patients with phonotraumatic lesions and matched controls. Journal of Speech, Language, and Hearing Research, v. 63, n. 2, p. 372–384, 1 fev. 2020a.
 7. VAN STAN, J. H. et al. Changes in a Daily Phonotrauma Index after laryngeal surgery and voice therapy: Implications for the role of daily voice use in the etiology and pathophysiology of. ASHA, v. 63, n. 12, p. 3934–3944, 1 dez. 2020b.
 8. VAN STAN, J. H. et al. Ambulatory Voice Biofeedback: Acquisition and Retention of Modified Daily Voice Use in Patients With Phonotraumatic Vocal Hyperfunction. American Journal of Speech-Language Pathology, v. 31, n. 1, p. 409–418, 18 jan. 2022.
 9. VERDE, L. et al. Voice disorder identification by using machine learning techniques. ieeexplore.ieee.org, [s.d.].
 10. WROGE, T. et al. Parkinson's disease diagnosis using machine learning and voice. ieeexplore.ieee.org, [s.d.].

6. Seminários de pesquisa em funções orofaciais - 30h

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo fomentar a análise crítica e reflexiva de pesquisas atuais no campo das funções orofaciais e seus transtornos. Desenvolver pensamento crítico para o desenvolvimento de pesquisas na área e para seleção/implementação das melhores práticas relacionadas às funções orofaciais e seus transtornos, à luz dos preceitos da ciência e das melhores evidências científicas disponíveis.

Referências:

1. SHORTLAND, Hollie-Ann L. et al. Orofacial Myofunctional Therapy and Myofunctional Devices Used in Speech Pathology Treatment: A Systematic

- Quantitative Review of the Literature. American journal of speech-language pathology, v. 30, n. 1, p. 301-317, 2021.
2. SILVA, H.J. et al (Org.). Tratado de Motricidade Orofacial. 1ª ed. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2019.
 3. DODRILL, P; GOSA, MM. Pediatric Dysphagia: Physiology, Assessment, and Management. Annals of Nutrition & Metabolism, v.66, supl 5, p.24–31, 2016.
 4. LAIS, L. L. e col. Atuação Interdisciplinar na Disfagia. Natal: EDUFRN. 2021.
 5. MARTINO, Rosemary; MCCULLOCH, Timothy. Therapeutic intervention in oropharyngeal dysphagia. Nature Reviews Gastroenterology & Hepatology, v. 13, n. 11, p. 665-679, 2016.

7. Seminários de pesquisa em Voz (30h)

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo fomentar a análise crítica e reflexiva de pesquisas atuais no campo da voz humana e seus distúrbios. Desenvolver pensamento crítico para o desenvolvimento de pesquisas na área e para seleção/implementação das melhores práticas relacionadas à voz humana e seus distúrbios, à luz dos preceitos da ciência e das melhores evidências científicas disponíveis.

Referências:

1. ABRAHAMSSON, M. et al. Effects of voice therapy: A comparison between individual and group therapy. Elsevier, [s.d.].
2. CANTARELLA, G. et al. The challenge of virtual voice therapy during the COVID-19 pandemic. jvoice.org, [s.d.].
3. CASTILLO-ALLENDES, A.; VOICE, F. C.-R.-J. OF; 2021, UNDEFINED. Voice therapy in the context of the COVID-19 pandemic: guidelines for clinical practice. Elsevier, [s.d.].
4. HARTNICK, C. et al. Indirect vs direct voice therapy for children with vocal

- nodules: a randomized clinical trial. jamanetwork.com, [s.d.].
5. LIN, F. C. et al. Voice therapy for benign voice disorders in the elderly: A randomized controlled trial comparing telepractice and conventional face-to-face therapy. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, v. 63, n. 7, p. 2132–2140, 1 jul. 2020.
 6. MAHNAN, A. Vibro tactile stimulation as a treatment for the voice disorder spasmodic dysphonia. 2021.
 7. NGUYEN-FENG, V. et al. Perceived control, voice handicap, and barriers to voice therapy. Elsevier, [s.d.].
 8. PEREIRA, G. DA C. et al. Effects of voice therapy on muscle tension dysphonia: a systematic literature review. Elsevier, [s.d.].

2.4. DISCIPLINAS ELETIVAS DO EIXO TÉCNICO-CIENTÍFICO DA LINHA 2 - MESTRADO E DOUTORADO

1. Desenvolvimento, avaliação e intervenção em Audição e Equilíbrio (120h)

Ementa: Estudo do desenvolvimento do sistema auditivo e vestibular, princípios do diagnóstico audiológico. Análise dos procedimentos comportamentais e eletrofisiológicos no diagnóstico. Reflexão sobre o diagnóstico diferencial dos transtornos de processamento auditivo central. Intervenção em Audiologia por meio dos Dispositivos Eletrônicos Auxiliares à Audição e outros equipamentos de acessibilidade auditiva. Reabilitação Auditiva da Infância à Terceira Idade. Introdução à Otoneurologia. Fundamentos e Interpretação da Avaliação clínica, funcional e instrumental do equilíbrio corporal. Fundamentos, Indicações e Planejamento da Reabilitação Vestibular. Casos clínicos – Interface entre

avaliação, diagnóstico e reabilitação.

Referências:

1. SCHOCHAT et al. Tratado de Audiologia. 3a. ed. São Paulo: Editora Manole, 2022. 792p.
2. MADELL, J.R.; FLEXER, C. Pediatric audiology: diagnosis, technology, and management. New York: Thieme. 2008.
3. MENEZES, P.L. et al. Tratado de Eletrofisiologia para audiologia. 1. Ed. São Paulo: BookToy, 2019.
4. MUSIEK F.; BARAN, J.A. The auditory system: anatomy, physiology, and clinical correlates. 2 Ed. San Diego: Plural Publishing. 2020.
5. PEREIRA, L.D.; SCHOCHAT E. Testes Auditivos Comportamentais para Avaliação do Processamento Auditivo Central, Barueri, São Paulo: Pró-Fono; 2011.82p.
6. SANCHEZ, T.G. Quem disse que zumbido não tem cura? H Maxima, 2021.
7. SATALOFF, Joseph; SATALOFF Robert T. Hearing loss. 4a. ed: Taylor & Francis, 2005.
8. SEEWALD, R.; THARPE, A.M. Comprehensive Handbook of Pediatric Audiology. San Diego. Plural Publishing. 2011.
9. TYE-MURRAY, N. Foundations of aural rehabilitation : children, adults, and their family members. San Diego, Ca: Plural Publishing Inc, 2020.

2. Desenvolvimento, avaliação e intervenção em Linguagem oral e escrita (120h)

Ementa: Desenvolvimento do raciocínio técnico-científico quanto aos procedimentos de avaliação, diagnóstico e intervenção da linguagem oral e escrita nos transtornos do neurodesenvolvimento. Instrumentos e protocolos de avaliação padronizados, validados e normatizados no Brasil para cada um dos diferentes quadros. Interface entre saúde e educação. Influência da intervenção precoce e resposta à intervenção sobre o desenvolvimento humano no ganho de habilidades

comunicativas, escolares e de inclusão social.

Referências:

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. ANDRADE, C. R. F. Fluência. In: ANDRADE, C. R. F.; BEFI-LOPES, D. M.; FERNANDES, F. D. M.; WERTZNER, H. F. ABFW: Teste de linguagem infantil nas áreas de fonologia, vocabulário, fluência e pragmática. 2 ed. Barueri (SP): Pró-Fono, 2004.
3. DIAS, N.M.; MALLOY-DINIZ, L.F. Funções Executivas: modelos e aplicações. Coleção Neuropsicologia na prática clínica. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2020.
4. FONSECA, R.P.; SEABRA, A.G.; MIRANDA, M.C. Neuropsicologia Escolar. Coleção Neuropsicologia na prática clínica. São Paulo: Clinical, 2020.
5. GIACHETI, C. M. Avaliação da fala e da linguagem: perspectivas interdisciplinares em Fonoaudiologia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.
6. LAMÔNICA, D. A. C.; BRITTO, D. B. O. (org.). Tratado de linguagem: perspectivas contemporâneas. Ribeirão Preto: Booktoy, 2016.
7. LIMA, M. M. O. et al. Atuação clínica fonoaudiológica no cuidado às pessoas que gaguejam. In: ARAÚJO, A. N.; LUCENA, J. A.; STUDART- PEREIRA, L. Relatos de Experiências em Fonoaudiologia. Recife: Editora UFPE, 2020.
8. PERNAMBUCO, L.A.; ASSENÇO, A.M.C. Fonoaudiologia: avaliação e diagnóstico. Rio de Janeiro: Thieme Revinter Publicações, 2021.
9. SEABRA, A.G.; DIAS, N.M. Avaliação Neuropsicológica Cognitiva: linguagem oral. Vol. 2. São Paulo: Memnon, 2012.
10. _____ Avaliação Neuropsicológica Cognitiva:

atenção e funções executivas. São Paulo: Memnon, 2012.

3. Tópicos especiais em audição e equilíbrio (30h)

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo aprofundar o conhecimento em tópicos específicos no campo audição, equilíbrio e seus distúrbios. Os tópicos do curso são flexíveis e refletirão os interesses de pesquisa contemporâneos e o conhecimento necessário aos discentes matriculados por ocasião de sua oferta.

Referências:

1. SCHOCHAT et al. Tratado de Audiologia. 3a. ed. São Paulo: Editora Manole, 2022. 792p.
2. GBD. Hearing loss prevalence and years lived with disability, 1990–2019: findings from the Global Burden of Disease Study 2019. *The Lancet*, v. 397, n. 10278, p. 996-1009, 2021.
3. JAYAWARDENA, et al. Portable audiometric screening platforms used in low-resource settings: a review. *The Journal of Laryngology & Otology*, v. 133, n. 2, p. 74-79, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0022215118001925>. Acesso em: 8 dez. 2021.
4. JOINT COMMITTEE ON INFANT HEARING. Year 2019 Position Statement: Principles and Guidelines for Early Hearing Detection and Intervention Programs. *Journal of Early Hearing Detection and Intervention*, 4(2), 1-44. DOI: 10.15142/fptk-b748
5. IRACE, A. L. et al. Smartphone-Based Applications to Detect Hearing Loss: A Review of Current Technology. *Journal of the American Geriatrics Society*, v.

69, n. 2, p. 307-316, 2020. doi:10.1111/jgs.16985.

6. KATZ, J. et al. Handbook of Clinical Audiology. 7 ed. Walters Kluwer. 2015.

4. Tópicos especiais em linguagem oral e escrita (30h)

Ementa: Abordagem de diferentes tópicos no campo da linguagem oral e escrita da infância e adolescência e seu aprofundamento. Os tópicos do curso são flexíveis e refletirão os interesses de pesquisa contemporâneos e o conhecimento necessário aos discentes matriculados por ocasião de sua oferta.

Referências:

1. SNOWLING, M.J, HULME, C, NATION, K. Defining and understanding dyslexia: past, present and future, Oxford Review of Education, 46:4, 501-513, DOI: 10.1080/03054985.2020.1765756, 2020.
2. ROITSCH, J, GUMPERT, M, SPRINGLE, A, RAYMER, A.M. Writing Instruction for Students with Learning Disabilities: Quality Appraisal of Systematic Reviews and Meta-Analyses, Reading & Writing Quarterly, 37:1, 32-44, DOI: 10.1080/10573569.2019.1708221, 2021.
3. HAAGER D, KLINGNER J, VAUGHN S. Evidence-Based Reading Practices for Response to Intervention. Paul Brookes Publishing, 2007.

5. Seminários de pesquisa em audição e equilíbrio (30h)

Ementa: Esta disciplina tem por objetivo fomentar a análise crítica e reflexiva de pesquisas atuais no campo da audição e equilíbrio. Desenvolver pensamento crítico para o desenvolvimento de pesquisas na área e para seleção/implementação das melhores práticas relacionadas à audição humana, do equilíbrio e seus distúrbios, à luz dos preceitos da ciência e das melhores evidências científicas disponíveis.

Referências:

1. SCHOCHAT et al. Tratado de Audiologia. 3a. ed. São Paulo: Editora Manole, 2022. 792p.
2. GBD. Hearing loss prevalence and years lived with disability, 1990–2019: findings from the Global Burden of Disease Study 2019. The Lancet, v. 397, n. 10278, p. 996-1009, 2021.
3. HENRY, J. A Revolução Científica e as Origens da Ciência Moderna. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
4. MENEZES, P.L. et al. Manual de Eletrofisiologia e Eletroacústica: Um Guia para Clínicos. 1. Ed. São Paulo: BookToy, 2021.
5. VALENTE et al. The Audiology Capstone: research, presentations and publication. Thieme Medical Publishers, Inc., NY, 2011.

6. Seminários de pesquisa em linguagem oral e escrita (30h)

Ementa: Fomento da análise crítica e reflexiva de pesquisas atuais no campo da linguagem. Desenvolver pensamento crítico para o desenvolvimento de pesquisas na área e para seleção/implementação das melhores práticas relacionadas à linguagem, à luz dos preceitos da ciência e das melhores evidências científicas disponíveis.

Referências:

1. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-V. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
2. STEVENS, E. A., PARK, S., & VAUGHN, S. A Review of Summarizing and Main Idea Interventions for Struggling Readers in Grades 3 Through 12: 1978–2016. Remedial and Special Education, 40(3), 131–149. <https://doi.org/10.1177/0741932517749940>, 2020.
3. GALUSCHKA, K, GÖRGEN, R, KALMAR, J, HABERSTROH, S, SCHMALZ, X, SCHULTE-KÖRNE, G. Effectiveness of spelling interventions for learners with

- dyslexia: A meta-analysis and systematic review, *Educational Psychologist*, 55:1, 1-20, DOI: 10.1080/00461520.2019.1659794, 2020.
4. FLANAGAN, D.P, ORTIZ, S.O, ALFONSO, V.C, MASCOLO, J.T. The achievement test desk reference. 2º Edition. John Wiley & Sons, 2006.
 5. SANTOS, M.T.M.; NAVAS, A.L.G.P. Transtornos de linguagem escrita: teoria e prática. São Paulo: Manole, 2016.
 6. SALLES, J.F. NAVAS, A.L. Dislexias do desenvolvimento e adquiridas. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017.

2.5. DISCIPLINAS ELETIVAS DO EIXO HABILIDADES COMPORTAMENTAIS - MESTRADO E DOUTORADO

1. Práticas laboratoriais I (90h)

Ementa: Vivência prática nos laboratórios de pesquisa com ênfase em atividades de planejamento, organização e monitoramento de procedimentos de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

1. CRESWEL, J.W; CRESWEL, J.D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.
2. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
3. GONÇALVES, N.G; QUIMELLI, G.A.S. Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.
4. ARANTES, A.P.P; GEBRAN, R.A. Docência no Ensino Superior: Trajetórias e Saberes. Paco Editorial: 2013.
5. BACICH, L.; MORAN. J. (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

2. Práticas laboratoriais II (90h)

Ementa: Vivência prática nos laboratórios de pesquisa com ênfase na elaboração de projetos de pesquisa, levantamento bibliográfico, execução de procedimentos de coleta, armazenamento e interpretação de dados, assistência à população e apoio pedagógico para estudantes de iniciação científica e/ou trabalhos de conclusão de curso.

Referências:

1. CRESWEL, J.W; CRESWEL, J.D. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.
2. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
3. GONÇALVES, N.G; QUIMELLI, G.A.S. Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.
4. ARANTES, A.P.P; GEBRAN, R.A. Docência no Ensino Superior: Trajetórias e Saberes. Paco Editorial: 2013.
5. BACICH, L.; MORAN. J. (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

3. Práticas laboratoriais III (90h)

Ementa: Vivência prática nos laboratórios de pesquisa com ênfase no desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais para apoiar a coordenação de atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas por

discentes de graduação e mestrado.

Referências:

1. NORTHOUSE, P. Leadership: Theory and practice. California: SAGE Publications, 2021.
2. OWEN, J. The Leadership Skills Handbook: 100 Essential Skills You Need to be a Leader. London: Koogan Page, 2020.
3. KHORAKIAN, A.; SHARIFIRAD, M. S. Integrating Implicit Leadership Theories, Leader–Member Exchange, Self-Efficacy, and Attachment Theory to Predict Job Performance. *Psychological Reports*, v. 122, n. 3, p. 1117– 1144, 2019.
4. PEDROSA, N.; FEITOSA, D.; MARTENS, C.D.P. et al. Relevância dos soft skills em gerenciamento de projetos globais. *Revista Gestão & Tecnologia*. v. 18, n.3, p. 245-60, 2018.
5. MIRANDA, F.B.G.; MAZZO, A.; PEREIRA JUNIOR, G.A. Avaliação de competências individuais e interprofissionais de profissionais de saúde em atividades clínicas simuladas: scoping review. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0628>>.

4. Práticas laboratoriais IV (90h)

Ementa: Vivência prática nos laboratórios de pesquisa com ênfase no desenvolvimento de produtos e/ou liderança de projetos de ensino, pesquisa e extensão, assim como gestão de recursos humanos, materiais e financeiros. Experiência na coorientação de discentes de iniciação científica e/ou trabalhos de conclusão de curso e apoio pedagógico aos discentes do curso de mestrado.

Referências:

1. NORTHOUSE, P. Leadership: Theory and practice. California: SAGE

Publications, 2021.

2. OWEN, J. The Leadership Skills Handbook: 100 Essential Skills You Need to be a Leader. London: Koogan Page, 2020.
3. KHORAKIAN, A.; SHARIFIRAD, M. S. Integrating Implicit Leadership Theories, Leader–Member Exchange, Self-Efficacy, and Attachment Theory to Predict Job Performance. *Psychological Reports*, v. 122, n. 3, p. 1117–1144, 2019.
4. GONÇALVES, N.G; QUIMELLI, G.A.S. Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2020.
5. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
6. GIL, A.C. Metodologia do Ensino Superior. 5a Edição. Editora Atlas, 2020.

5. Práticas laboratoriais V (90h)

Ementa: Vivência prática nos laboratórios de pesquisa com ênfase no desenvolvimento e liderança de projetos inovadores e/ou estratégias empreendedoras relacionadas à comunicação humana e funções orofaciais com impacto para os serviços de saúde e/ou educação. Gestão de projetos e de recursos humanos, materiais e financeiros. Experiência na coorientação de discentes de iniciação científica e/ou trabalhos de conclusão de curso e apoio pedagógico aos discentes do curso de mestrado.

Referências:

1. NORTHOUSE, P. Leadership: Theory and practice. California: SAGE Publications, 2021.
2. OWEN, J. The Leadership Skills Handbook: 100 Essential Skills You Need to be a Leader. London: Koogan Page, 2020.
3. KHORAKIAN, A.; SHARIFIRAD, M. S. Integrating Implicit Leadership

Theories, Leader–Member Exchange, Self-Efficacy, and Attachment Theory to Predict Job Performance. *Psychological Reports*, v. 122, n. 3, p. 1117–1144, 2019.

4. PEDROSA, N.; FEITOSA, D.; MARTENS, C.D.P. et al. Relevância dos soft skills em gerenciamento de projetos globais. *Revista Gestão & Tecnologia*. v. 18, n.3, p. 245-60, 2018.

5. PACIFICO SILVA, H.; LEHOUX, P.; MILLER, F.A. et al.. Introducing responsible innovation in health: a policy-oriented framework. *Health Research Policy and Systems*. v.16, n.1, 2018.

6. GIL, A.C. *Metodologia do Ensino Superior*. 5a Edição. Editora Atlas, 2020.

6. Práticas laboratoriais VI (90h)

Ementa: Vivência prática nos laboratórios de pesquisa com ênfase no aprimoramento das habilidades técnicas e comportamentais do discente em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Referências:

1. CRESWEL, J.W; CRESWEL, J.D. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 5. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

2. GONÇALVES, N.G; QUIMELLI, G.A.S. *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. Curitiba: CRV, 2020.

3. PEDROSA, N.; FEITOSA, D.; MARTENS, C.D.P. et al. Relevância dos soft skills em gerenciamento de projetos globais. *Revista Gestão & Tecnologia*. v. 18, n.3, p. 245-60, 2018.

4. MIRANDA, F.B.G.; MAZZO, A.; PEREIRA JUNIOR, G.A. Avaliação de competências individuais e interprofissionais de profissionais de saúde em atividades clínicas simuladas: scoping review. *Interface - Comunicação*,

Saúde, Educação [online]. 2018. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0628>>.

5. ARANTES, A.P.P; GEBRAN, R.A. Docência no Ensino Superior:

Trajetórias e Saberes. Paco Editorial: 2013.

6. BACICH, L.; MORAN. J. (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

7. Produção científica I (30h)

Ementa: Produção de material bibliográfico relacionado à temática de pesquisa de dissertação ou tese. Publicação de artigo científico em revista qualificada, livros e capítulos de livros ou trabalhos (resumos ou resumo expandido) publicados em anais de eventos científicos nacionais ou internacionais.

Referências:

1. APPOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226p.
2. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
3. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
4. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
5. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
6. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos:

Compacta, 2014. 192p.

7. VOLPATO, G.L. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011. 320p.
8. Volpato GL. Pérolas da redação científica. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

8. Produção científica II (30h)

Ementa: Produção de material bibliográfico relacionado à temática de pesquisa de dissertação ou tese. Publicação de artigos de revisão em revista qualificada, livros e capítulos de livros.

Referências:

1. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
2. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
3. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
4. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
5. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos:

Compacta, 2014. 192p.

9. Produção científica III (30h)

Ementa: Consolidação dos conhecimentos técnico-científicos, metodológicos e de escrita científica. Publicação, em revista qualificada nacional ou internacional, de artigos científicos originais ou de revisão relacionados à temática de pesquisa de dissertação ou tese.

Referências:

1. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
2. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
3. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
4. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
5. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos: Compacta, 2014. 192p.

10. Produção científica IV (30h)

Ementa: Consolidação dos conhecimentos técnico-científicos, metodológicos e de escrita científica. Publicação, em revista qualificada internacional, de artigos científicos originais ou de revisão relacionados à temática de pesquisa de

dissertação ou tese.

Referências:

1. FERRAZ, EC, NAVAS, ALGP. Publicação de artigos científicos: recomendações práticas para jovens pesquisadores. São Paulo, 2016.
2. GALVÃO, T.F.; PEREIRA, M.G. Redação, publicação e avaliação da qualidade da revisão sistemática. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, vol.24, n.2, p. 333-334, 2015.
3. OKKELS, N.; MEDICI, C.R.; KJAER, J.N.; KRISTIANSEN, C.B. Training students in research and scientific writing. *Acta Psychiatrica Scandinava*, v. 132, n. 6, p. 431-432, 2015.
4. PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.
5. SCHUSTER, E.; LEVKOWITZ, H.; OLIVEIRA JUNIOR, O.N. (Ed.) Writing scientific papers in english successfully: your complete roadmap. São Carlos: Compacta, 2014. 192p.

2. Atividades acadêmicas

O Estágio Docência é regulamentado pelo artigo 58 do Regulamento do PPGFON e pela legislação específica vigente em cada instituição. As atividades do estágio em docência são divididas em:

1. Estágio em docência I (60h)

Na UFRN e UNCISAL: Obrigatório para mestrandos bolsistas e optativo para mestrandos não bolsistas.

Na UFPB: Obrigatório para mestrandos bolsistas e não bolsistas.

2. Estágio em docência II (60h)

Na UFRN e UNCISAL: Obrigatório para mestrandos bolsistas e optativo para



mestrandos não bolsistas.

Na UFPB: Obrigatório para mestrandos bolsistas e não bolsistas.

3. Estágio em docência III (60h)

Na UFRN e UNCISAL: Obrigatório para mestrandos bolsistas e optativo para mestrandos não bolsistas.

Na UFPB: Obrigatório para mestrandos bolsistas e não bolsistas.